



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SAMIRA BERNDT LOPES

Desafios na Efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: Uma análise a partir do perfil e das demandas das famílias atendidas pelo Mesa Brasil - SESC da Unidade de São José/SC

Florianópolis

2023

SAMIRA BERNDT LOPES

Desafios na Efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: Uma análise a partir do perfil e das demandas das famílias atendidas pelo Mesa Brasil – SESC da Unidade de São José/SC

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sirlândia Schappo.

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Samira Berndt

Desafios na Efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: Uma análise a partir do perfil e das demandas das famílias atendidas pelo Mesa Brasil - SESC da Unidade de São José/SC / Samira Berndt Lopes ; orientadora, Sirlândia Schappo, 2023.

64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. 1. Segurança Alimentar e
Nutricional. 2. Programa Mesa Brasil. 3. Direito Humano à
Alimentação Adequada.. I. Schappo, Sirlândia . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço
Social. III. Título.

SAMIRA BERNDT LOPES

Desafios na Efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada: Uma análise a partir do perfil e das demandas das famílias atendidas pelo Mesa Brasil - SESC da Unidade de São José/SC

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Monografia aprovada em 26 de julho de 2023.



Documento assinado digitalmente

Heloisa Teles

Data: 10/07/2023 15:07:43-0300

CPF: ***.314.250-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Prof.^a Heloísa Teles, Dr.^a
Coordenação do Curso**

Banca examinadora:



Documento assinado digitalmente

Sirlândia Schappo

Data: 09/07/2023 21:33:09-0300

CPF: ***.975.799-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Sirlância Schappo

Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente

Mailiz Garibotti Lusa

Data: 10/07/2023 12:39:25-0300

CPF: ***.819.959-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

1^a Examinadora

Prof.^a Dr.^a Mailiz Garibotti Lusa

Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente

GERUSA COLOMBO DE OLIVEIRA

Data: 10/07/2023 21:44:05-0300

CPF: ***.545.569-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

2^a Examinadora

Assistente Social Esp. Gerusa Colombo de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por colocar em minha vida pessoas que me ajudaram a ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço a meus pais, Angélica e Gabriel e minha irmã Isabelle, por sempre serem meus maiores incentivadores e por estarem sempre presentes na minha vida.

Ao meu companheiro, Maciel, obrigada por toda paciência e compreensão, por me apoiar sempre.

À minha orientadora Profa. Sirlândia, pela paciência, explicações e disponibilidade em todo o processo que foram essenciais para a construção desse trabalho.

A toda equipe do Programa Mesa Brasil, pessoas com quem convivi pelo período de um ano e meio, em especial a assistente social Gerusa, que me acompanhou no meu processo de estágio com toda atenção e carinho.

Agradeço ao corpo docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pela enorme carga de conhecimento e profissionalismo que me foi disponibilizado nesses anos de graduação.

TEM GENTE COM FOME

Trem sujo da Leopoldina
correndo, correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Piiii

Estação de Caxias
de novo a correr
de novo a dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Vigário Geral
Lucas
Cordovil
Brás de Pina
Penha Circular
Estação da Penha
Olaria
Ramos
Bonsucesso
Carlos Chagas
Triagem, Mauá

Trem sujo da Leopoldina
correndo, correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome

Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar

Só nas estações
quando vai parando
começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer

Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuu
(Solano Trindade, 1994)

RESUMO

O Programa Mesa Brasil Sesc atua no combate ao desperdício de alimentos e no desenvolvimento de ações educativas nas áreas de Serviço Social e Nutrição. O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi o de destacar, com base no perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil na unidade São José/SC a importância de políticas intersetoriais para o atendimento de demandas no âmbito da segurança alimentar e nutricional e de outras necessidades básicas. O trabalho se desenvolve através de revisão bibliográfica, recorrendo a textos de autores de referência à temática do direito humano à alimentação adequada e por meio da pesquisa documental de materiais institucionais, nos levantamentos de dados e marcos regulatórios. O levantamento de dados elaborado pelo Programa foi realizado a partir de informações coletadas durante a acolhida e preenchimento do cadastro familiar, ao longo da experiência de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social, realizado no segundo semestre de 2022, no qual foi elaborado o projeto de intervenção. O Programa Mesa Brasil foi lançado no Brasil, em fevereiro de 2003, contribui para a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, por meio de doações de alimentos, da promoção de ações educativas e da responsabilidade compartilhada entre doadores, instituições sociais e voluntários em todos os estados do país. Apesar da relevância do Programa, os resultados deste trabalho evidenciam a importância do fortalecimento de políticas intersetoriais mais amplas diante do perfil e das complexas demandas das famílias que demandam alimentos.

Palavras - Chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Mesa Brasil; Direito Humano à Alimentação Adequada.

ABSTRACT

The Mesa Brasil Sesc Program acts to fight against food waste and development of educational actions in the areas of Social Work and Nutrition. This Term Paper objective was to highlight, based on the socioeconomic profile of the families served by the Mesa Brasil Program at the São José/SC unit, the importance of intersectoral policies to meet demands in the context of food and nutritional security and other basic needs. The Term Paper is carried out through a bibliographical review, using texts by authors of reference to the theme of the human right to adequate food and through documentary research of institutional materials, in data surveys and regulatory frameworks. The data collection prepared by the Program was carried out based on information collected during the reception and filling out of the family register, during the experience of the mandatory curricular internship of the Social Work undergraduate course carried out in the second half of 2022, in which was elaborated the intervention project. The Mesa Brasil Program was launched in Brazil in February 2003 and contributes to the food and nutritional security of individuals in situations of social vulnerability, through food donations, the promotion of educational activities and shared responsibility between donors, social institutions and volunteers in all states of the country. Despite the relevance of the Program, the results of this work show the relevance of strengthening broader intersectoral policies in view of the profile and complex demands of families that demand food.

Palavras - Chave: Food and Nutrition Security; Mesa Brasil Program; Human Right to Adequate Food.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da fome no mundo em 2021.....	16
Figura 2- Teoria demográfica de Malthus.....	19
Figura 3- Mapa da situação alimentar no Brasil nos anos 1940.....	20
Figura 4 - Mapa sobre a Revolução Verde	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Combate à fome e Políticas Públicas no Brasil – Síntese de avanços e retrocessos neste âmbito	25
Quadro 2 - Combate à fome e Políticas Públicas no Brasil – Síntese de avanços e retrocessos neste âmbito.....	40
Quadro 3 - Resultado Mesa Brasil Sesc São José 2022.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Insegurança alimentar no Brasil 2021-2022.....	36
Gráfico 2 - Sexo dos usuários atendidos.....	49
Gráfico 3 - Faixa etária das famílias atendidas.....	50
Gráfico 4 - Escolaridade das famílias atendidas.....	51
Gráfico 5 - Situação no Mercado de Trabalho das famílias atendidas.....	51
Gráfico 6 - Situação do Domicílio das famílias atendidas.....	52
Gráfico 7 - Nacionalidade das famílias atendidas.....	53
Gráfico 8 - Renda familiar Per Capita das famílias atendidas.....	54

LISTA DE SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEASAS	Centrais de Abastecimento
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único Assistência Social
VIGISAN	Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional
SESC	Serviço Social do Comércio
PENSSAN	Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FOME: aspectos conceituais e históricos.....	16
3 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	25
3.1 PRIMEIRAS MEDIDAS POLÍTICAS E QUADRO SÍNTESE DAS POLÍTICAS NO BRASIL.....	25
3.2 AVANÇOS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	30
3.3 RETROCESSOS RECENTES NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O AVANÇO DA FOME NO BRASIL (2016-2022)	35
4 O PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC: Possibilidades e limites no combate à fome e a insegurança alimentar.....	39
4.1 O SESC E O PROGRAMA MESA BRASIL.....	39
4.1.1 O PROGRAMA MESA BRASIL SESC - SÃO JOSÉ E AS CONTRIBUIÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES E FAMÍLIAS ATENDIDAS.	43
4.1.2 PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA MESA BRASIL SESC	SÃO JOSÉ.....46
4.1.3	RESUTADO E DISCUSSÃO
	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6 REFERÊNCIA.....	59

1 INTRODUÇÃO

A fome continua sendo um problema que atinge milhões de pessoas em todo mundo, sendo uma expressão da questão social, em uma sociedade configurada pelas desigualdades sociais, pelo desemprego, pela questão agrária, entre outras questões. Infelizmente nesse processo são negados inúmeros direitos, dos quais muitos são direitos sociais básicos e pertencentes às condições de sobrevivência e as necessidades básicas de vida.

O presente trabalho apresenta algumas ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo das últimas décadas no combate à fome. Para tanto se inicia com a análise dos estudos realizados por Josué de Castro (1908-1973), em especial a partir de 1932. Nascido em Pernambuco, Josué Apolônio de Castro dedicou parte de sua vida pesquisando o fenômeno da fome e suas consequências, foi o primeiro pesquisador a mostrar a fome como uma questão política.

A política de Segurança Alimentar e Nutricional é uma estratégia de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. A alimentação adequada e em quantidade suficiente passou a ser considerada um direito fundamental e inerente à pessoa humana apenas no século XX.

Cabe ressaltar que o interesse pela temática surgiu a partir da experiência de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social realizado pela autora deste TCC no Programa Mesa Brasil SESC em São José em um período que compreendeu os semestres 2021.2, 2022.1 e 2022.2.

Com o intuito de promover a inclusão social e combater a fome e o desperdício de alimentos, foi que o Serviço Social do Comércio (SESC) implantou o Programa Mesa Brasil. O Programa Mesa Brasil tem como objetivo combater o desperdício de alimentos. Desse modo, distribui alimentos, antes descartados, às famílias que, por estarem desempregadas ou sem renda suficiente para suprirem suas necessidades diárias, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O Mesa Brasil SESC desenvolve a modalidade de bancos de alimentos e colheita urbana, que tem como missão "contribuir para a segurança alimentar e nutricional de pessoas em vulnerabilidade social, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social em todo o país" (SESC, 2023).

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e documental para o embasamento teórico. A pesquisa bibliográfica foi realizada através da leitura de artigos, obras literárias, teses, dentre outras produções. Já a pesquisa documental foi construída a partir do Levantamento realizado pelo SESC Unidade de São José/SC sobre o perfil das famílias atendidas no período de 2020 a 2022.

O presente Trabalho de conclusão de Curso está dividido em três seções, onde são apresentados os levantamentos bibliográficos, os resultados, a discussão e as considerações finais. A primeira seção traz os aspectos conceituais e históricos da Fome, traçando um panorama geral de como a questão da fome e as discussões e políticas direcionadas ao seu combate foram sendo construídas, especialmente a partir do Século XX, quando ela deixa de ser um tabu.

A segunda seção traz a construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada. Esta é dividida em três subseções, a primeira aborda as primeiras medidas políticas e apresenta um quadro síntese das políticas nesta área no Brasil. A segunda apresenta os avanços na política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. A terceira subseção apresenta os retrocessos recentes no âmbito das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e o avanço da fome no Brasil (2016-2022).

A terceira seção intitulada Programa Mesa Brasil do SESC: Possibilidades e limites no combate à fome e a insegurança alimentar, traz uma caracterização da organização do Serviço Social do Comércio (SESC), fazendo um resgate da sua história. Esta é também dividida em três subseções. A primeira subseção traz o SESC e o Programa Mesa Brasil, A segunda subseção apresenta o Programa Mesa Brasil unidade São José e as contribuições para as instituições e famílias atendidas. A terceira consiste no perfil das famílias atendidas pelo Programa Mesa SESC – São José, assim como os resultados e discussões.

Na última seção, assim como nas considerações finais são apontadas algumas reflexões sobre o tema a partir dos dados da pesquisa. A análise e o estudo do perfil das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil Unidade de São José/SC foram essenciais para ampliar a compreensão de que a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito fundamental para qualquer indivíduo. Porém, a questão da violação do direito humano à alimentação é atravessada por questões estruturais de concentração de terra e de riqueza e por desigualdades de gênero,

raça, escolaridade, entre outras, exigindo medidas mais amplas para o combate à fome e à insegurança alimentar. Nesse sentido, sinalizam-se nestas seções algumas estratégias importantes para o planejamento e a efetivação de uma alimentação adequada.

2 FOME: aspectos conceituais e históricos

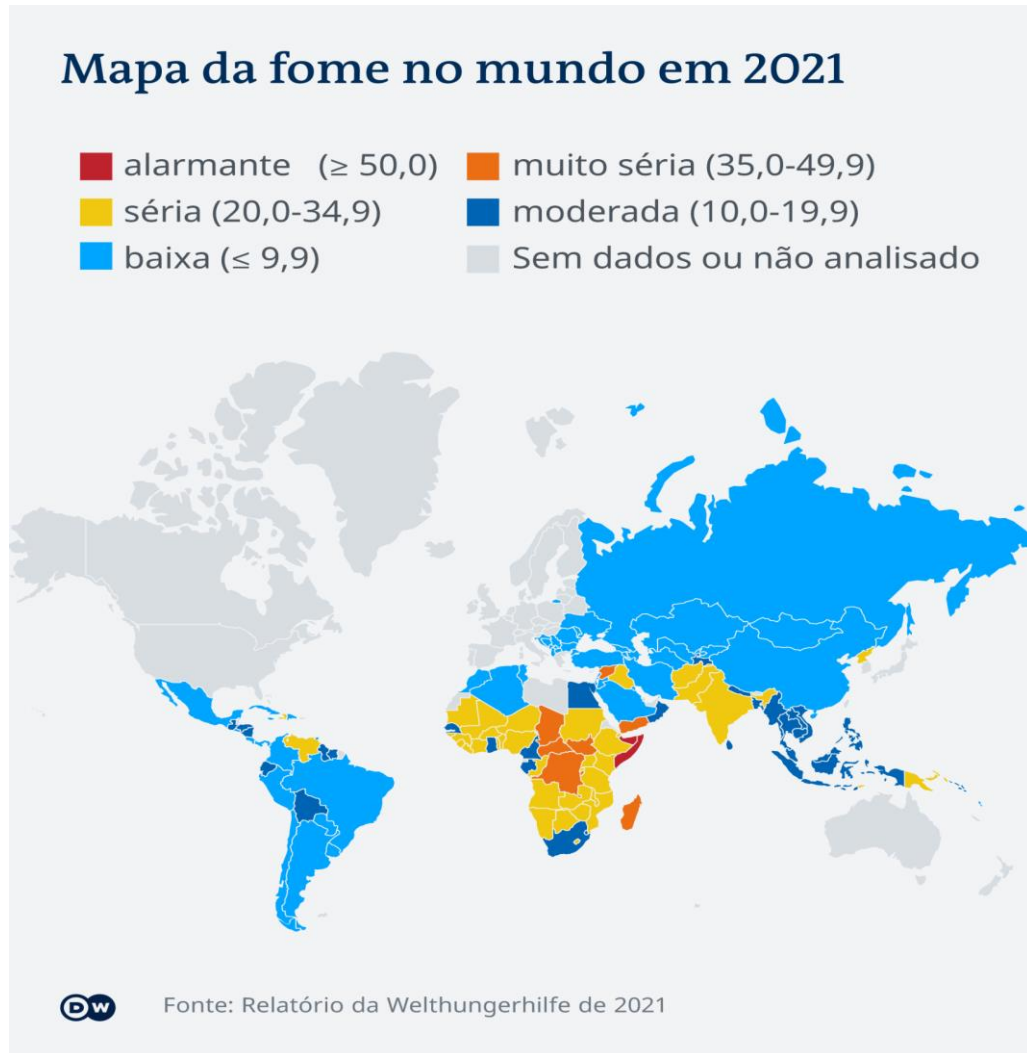
“Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural, são criações humanas.” Josué de Castro

A fome apresenta-se como uma das expressões da questão social, sendo está consolidada e agravada com o avanço do capitalismo. Neste sentido, apresenta-se em termos históricos o despertar para as discussões que desnaturalizam o debate sobre a fome no Brasil e no mundo, destacando-se a importância de Josué de Castro neste processo.

O atual relatório do Índice Global da fome (IGF) indica que o número de pessoas com fome, aumentou de 811 milhões para 828 milhões entre 2021-2022, sendo agravada devido às consequências de crises recentes e atuais, como a Guerra na Ucrânia, a pandemia de coronavírus, mudanças climáticas, além de problemas estruturais. Cabe destacar que as questões estruturais importam e importaram historicamente nas expressões da questão social entre elas a fome, sendo parte constitutiva da sociedade capitalista.

O Brasil de Fato (2022), aponta que um total de 828 milhões sofrem com a fome e pelo menos 193 milhões enfrentam "fome severa". Em 35 países, a situação da fome foi classificada como grave, já em nove países, como muito grave.

Figura 1 - Mapa da fome no mundo em 2021



Fonte: DW Made for Minds, Mundo se afasta da meta de eliminar a fome - 2021. Disponível em: [https:// www.dw.com/pt-br/mundo-se-afasta-da-meta-de-eliminar-a-fome/a-59496604](https://www.dw.com/pt-br/mundo-se-afasta-da-meta-de-eliminar-a-fome/a-59496604). Acesso em maio,2023.

De acordo com a figura do mapa, as maiores taxas de fome severa estão na Ásia e na África subsaariana, os Países Iêmen, Madagascar e República Democrática do Congo apresentam as piores estatísticas. Segundo o mapa, o Brasil apresenta uma situação de baixa gravidade em relação à fome, porém a fome cresceu de forma significativa no Brasil entre 2014 e 2022.

As discussões sobre a fome e a insegurança alimentar ampliaram-se no contexto histórico do pós Segunda Guerra Mundial, com mais da metade da Europa destruída e incapaz de produzir sua própria comida, surgiu a ideia de segurança alimentar. Durante a primeira Guerra Mundial, na Europa, a capacidade de cada país em produzir sua própria alimentação passou a designar o conceito de segurança nacional. As grandes destruições causadas pelas guerras tornaram clara

a força que uma nação poderia ser baseada em sua capacidade de segurança alimentar (ABRANDH, 2013).

Três aspectos fundamentais são levados em consideração nesse conceito: falta de quantidade, qualidade, e acesso regular a alimentos. Nesse período, a fome se espalhou pela Europa e as potências vitoriosas se preocuparam com a responsabilidade de alimentar os famintos habituais e as novas populações de milhões de europeus, cujas plantações e infraestrutura foram destruídas. No entanto, a fome é um problema antigo que vem aumentando na sociedade à medida que a desigualdade social aumenta.

A pobreza e a fome são fenômenos recorrentes ao longo da história, manifestando-se em diferentes contextos históricos, políticos e econômicos. Cabe destacar que a fome não é causada apenas pela falta de alimentos e que este é um problema relacionado também à produção, a forma como são produzidos, o abastecimento de alimentos, entre outras questões. “A pobreza não é um fenômeno natural. Ela foi produzida em diferentes contextos históricos, mas é ao longo da consolidação do modo de produção capitalista que assume suas expressões mais aviltantes “(HIRAI,2009, p.27).

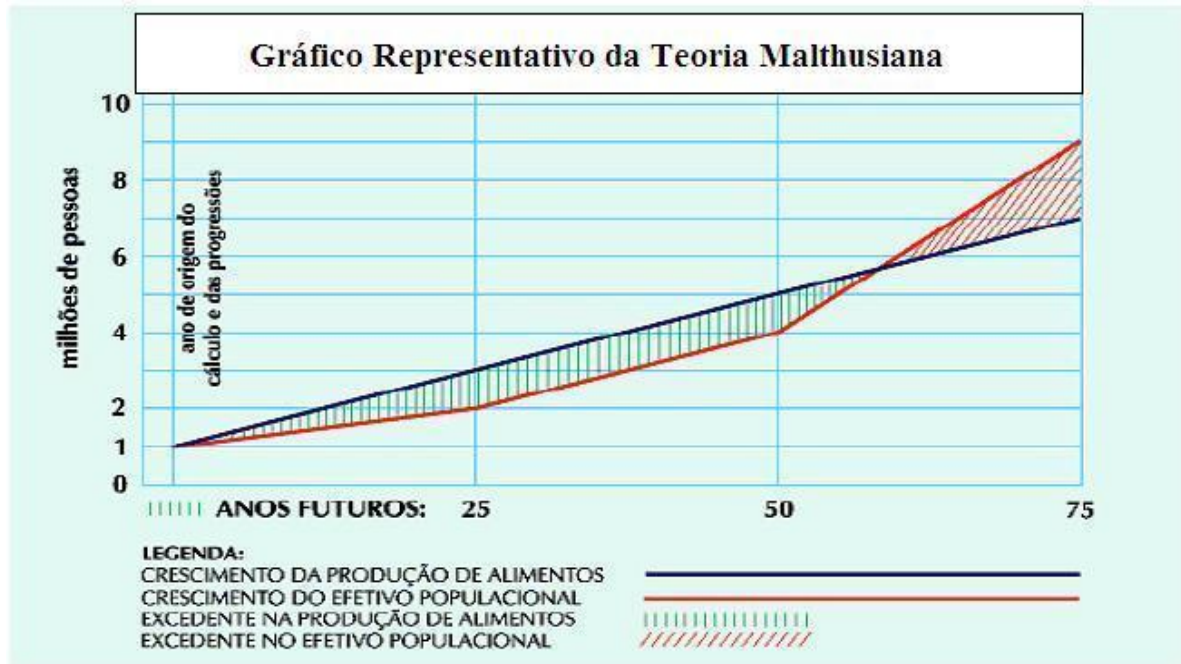
Portanto, a resolução dessa problemática não se limita a uma questão de ampliação da produção. Várias são os aspectos da pobreza, as quais podem inferir em diferentes abordagens para analisá-la e geralmente estão relacionadas com questões especificamente econômicas, porém, podem estar relacionadas a outros fatores, tais como, sociais, culturais, morais, éticos e dentre outros (VARGAS, 2019).

Até meados do Séc. XX a fome era tida como um tabu, como algo natural, insuperável. Diante dela, quase nada poderia se fazer nesta visão. Quem mais contribuiu para essa perspectiva foi Thomas Malthus. O autor, em *Ensaio sobre o Princípio da População* de 1798, escreveu que o crescimento da população deveria ser contido de forma a garantir os meios de subsistência. O autor contribuiu para uma visão fatalista da história. Cujas influências perdurou especialmente até meados do século XX.

Malthus ressalta os aspectos limitados da natureza e a superpopulação como fontes causadoras da fome, A teoria malthusiana defende que, mediante ao crescimento acelerado da população mundial, haveria um problema de escassez de alimentos, visto que a perspectiva do crescimento da oferta de alimentos era inferior ao que se previa para população. Malthus concluiu que o ritmo de crescimento

populacional progressão geométrica seria mais acelerado que o ritmo de da produção de alimentos progressão aritmética, a população cresceria em ritmo acelerado, superando a oferta de alimentos, o que resultaria em problemas como a fome e a miséria.

Figura 2- Teoria demográfica de Malthus



Fonte: <https://big1news.com.br/o-que-e-teoria-malthusiana-conceito-historico-e-criticas.html/>. Acesso em maio, 2023.

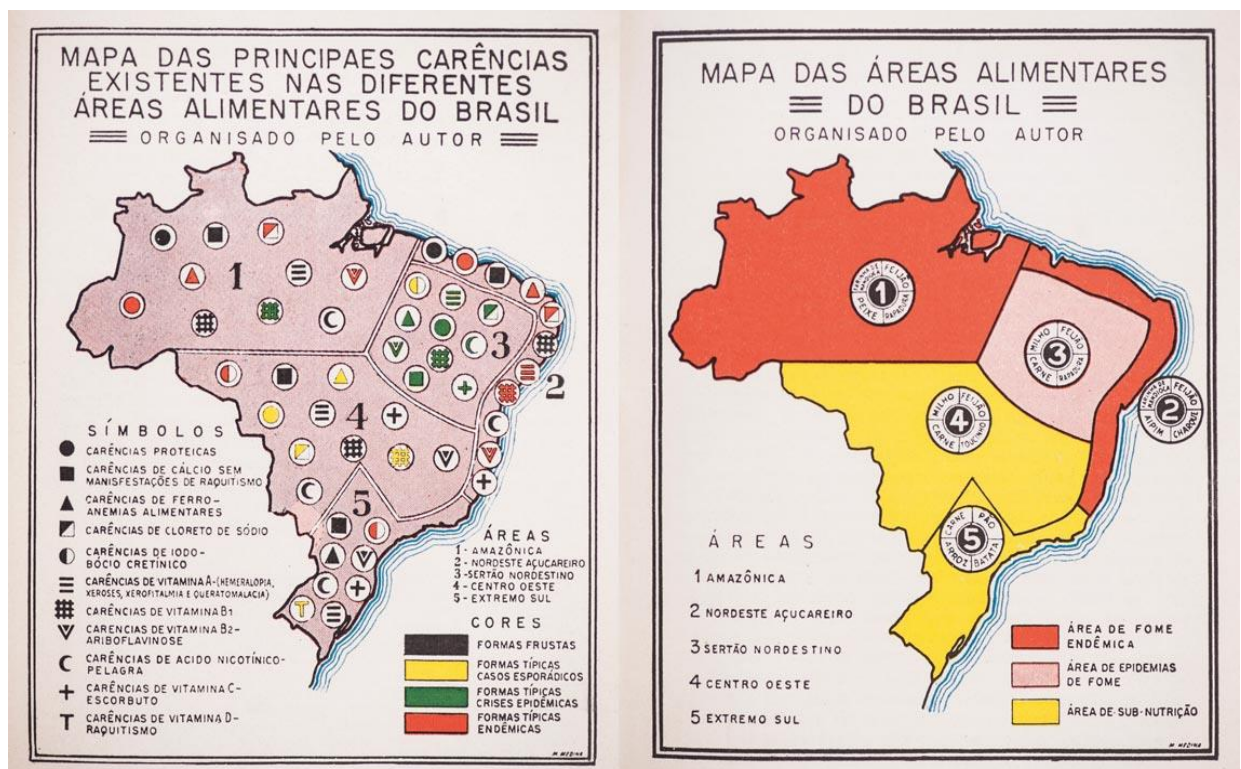
As teorias de Malthus que naturalizam assim a discussão da fome foram fortemente criticadas por Josué de Castro, brasileiro, pernambucano que se destacou mundialmente nos estudos sobre a fome no Brasil e no mundo, especialmente a partir da década de 1940. As contribuições deste autor foram fundamentais para as novas interpretações sobre a problemática a partir de uma perspectiva social que desnaturaliza a questão da fome.

Desta forma, do ponto de vista histórico, a questão da fome entrou na agenda política do Brasil a partir de Josué de Castro, um dos maiores intelectuais brasileiros da alimentação e nutrição. Em 1946, Josué de Castro publicou uma de suas obras mais famosas: *A Geografia da Fome*. Nessa obra, ele define o conceito de fome e identifica e classifica as regiões e tipos de fome no Brasil, bem como as fomes existentes, criando assim o seu próprio mapa da fome, que divide as áreas de fome em regiões e tipos.

O papel de Josué de Castro na discussão da fome é inegável, reconhecido nacional e internacionalmente. A concepção de Josué de Castro sobre a fome é multifacetada, ou seja, é formada por diversos elementos e aspectos, porque é assim que ele foi formado.

A Pesquisa Fapesp (2023) apresenta os mapas do *Geografia da Fome* sobre a situação alimentar no Brasil nos finais dos anos 1940, no mapa Josué de Castro expôs as bases econômicas, sociais e biológicas da desnutrição contínua.

Figura 3- Mapa da situação alimentar no Brasil nos anos 1940



Fonte: As raízes da fome : Revista Pesquisa Fapesp . Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-raizes-da-fome/>. Acesso em maio, 2023.

Na figura do mapa, Castro divide o Brasil em cinco regiões geográficas, de acordo com as dietas e eventuais carências de proteínas e vitaminas. Castro identificou dois tipos de fome, a epidemia e a endêmica. A fome epidêmica está associada a guerras e secas, que provocam escassez de alimentos, já a fome endêmica está relacionada a uma alimentação precária, favorecendo o surgimento de doenças por falta de nutrientes. Ainda, o autor considerou que a fome pode apresentar intensidades e temporalidades distintas.

Castro concebeu a questão da alimentação como um complexo de manifestações simultaneamente biológicas e sociais. Para Josué de Castro a causa

da fome não se restringia somente a questões climáticas, nem por questões de guerra e, sim, por questões e consequências das desigualdades sociais. Sendo assim, um problema que ocorre pela má distribuição dos alimentos e por condições de explorações econômicas e questões políticas e não por questões naturais como afirmava Malthus (CASTRO,1965).

Desde o Brasil colônia, a fome fazia parte da realidade nacional, foi na Revolução de 1930 e nas décadas subsequentes que o tema entrou na pauta das preocupações do Estado, sendo Josué de Castro um dos responsáveis por esse propósito. A pobreza e a fome não são características exclusivas do séc. XX. Há indícios de fome, por exemplo, no período colonial, onde os escravos morriam devido a não terem acesso à alimentação adequada, nem em quantidade, quanto em qualidade (NOGUEIRA, 2008).

As políticas sociais, em sentido preciso, são iniciadas no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, na década de quarenta. Nessa ocasião, o enfrentamento da fome enquanto um problema social e uma política pública propunha congregar ações de introdução de novos alimentos e desenvolvimento de práticas educativas tradicionais, eixos esses que se estruturaram como pilares das políticas de alimentação e nutrição naquele período.

Para Josué de Castro (1965), a solução da problemática da fome seria uma política alimentar que buscasse equilibrar a oferta e a demanda de alimentos em escala mundial, além disso, implementar uma política de distribuição de renda. A problemática da fome passou a instigar debates e a tornar-se tema da agenda política do Estado e da Sociedade Civil Brasileira.

Quando se propõe a discutir o direito humano à alimentação saudável e Segurança Alimentar e Nutricional, torna-se imprescindível mencionar a crítica às medidas direcionadas ao combate à fome adotadas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960 a partir da perspectiva da Revolução Verde.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o problema da fome vinha afetando grande parte do mundo. De acordo com Alves e Tedesco (2015) em busca de solucionar esse problema, foi proposto o uso de novas técnicas para produzir alimentos, a agricultura tecnificada. De acordo com os autores, o objetivo era causar uma revolução na forma com que se produziam alimentos, através de uma revolução defendida desde a década de 1950 que ficou conhecida como Revolução Verde.

Matos (2011) explica que a Revolução Verde foi caracterizada pelo desenvolvimento de modernos sistemas de produção agrícola, voltado para a incorporação de pacotes tecnológicos, visando a maximização dos rendimentos agrícolas e propunha-se a elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos. Para o autor, a Revolução Verde marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos.

No Brasil, o projeto de modernização conservadora da agricultura começou a ser incorporado após a reforma agrária ser banida do cenário político, em 1964, com a Ditadura Militar. Para Fontenele et al. (2021), a Revolução Verde chegou prometendo uma nova era para a agricultura, impulsionando a produção agrícola brasileira, colocando o Brasil entre os maiores exportadores de alimentos do mundo.

No entanto, o aumento da produção não foi o suficiente para acabar com a fome no mundo, principalmente pelo fato de que os alimentos produzidos nos países em desenvolvimento como o Brasil eram destinados às grandes nações, ou seja, países desenvolvidos.

Figura 4 – Mapa Mental sobre a Revolução Verde



Fonte: Mapa mental sobre Revolução Verde – STYDY MAPS. Disponível em: <https://stydy.com.br/revolucao-verde/>. Acesso em maio, 2023.

Além de não ter resolvido os problemas nutricionais e da fome, “a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes”. (OCTAVIANO, 2010, p. 01). O autor também enfatiza as discussões sobre as consequências da Revolução Verde em relação aos alimentos transgênicos ou geneticamente modificados.

A Revolução Verde trouxe aspectos positivos como o aumento da produtividade, inovações tecnológicas, a diminuição da taxa de fome, a evidência no campo e a modernização dos sistemas de irrigação. Entre as desvantagens desse processo, houve a expulsão dos trabalhadores e pequenos proprietários de terras, trouxe o aumento do uso de produtos químicos tóxicos, desmatamento, poluição dos solos e a poluição de fontes de água pelo uso de produtos químicos.

Para Moreira (2020) o agronegócio não produz alimentos e sim, mercadoria. Portanto é incapaz de resolver o problema da fome no Brasil. O autor

também cita a profunda concentração de terra, o uso dos agrotóxicos, adubos químicos, sementes transgênicas, o uso de hormônios e antibióticos.

Isso nos leva à agricultura camponesa a qual pratica uma forma de agricultura diversificada, esta sim, é responsável pela alimentação da população, pois com todas as restrições à sua capacidade produtiva, ainda consegue garantir o mínimo de diversidade da mesa da população: de forma que é necessário compreender que sem a produção de alimentos voltados para as necessidades alimentares da população o abastecimento alimentar pode estar completamente comprometido. Sempre que se fala em fome e alimentação, portanto não se pode perder de vista as condições de produção de alimentos. (MOREIRA, et.al.2020, p.86-87)

De acordo com Pozzetti (2021), a Revolução Verde não só não extinguiu a fome no mundo, como também fez com que os países adotassem uma forma de agricultura incompatível com as culturas tradicionais. O programa, iniciado em países em desenvolvimento como o Brasil, não avaliou as particularidades do lugar, como o clima, o solo e a capacidade financeira.

Com base no que foi apresentado, a Revolução Verde no Brasil, foi responsável por disseminar o uso de pacotes tecnológicos, beneficiando especialmente alguns produtos. Os resultados desse processo contribuíram para o avanço do agronegócio e transformou o país em uma “potência agrícola mundial”. No entanto, a fome continua sendo uma preocupação mundial, demonstrando que o problema está na dificuldade de acesso aos alimentos e na má distribuição de renda e da terra, no avanço do capitalismo no campo e não no volume de produção, não se confirmando assim as previsões de futuro de Malthus.

3 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.

A questão da Segurança Alimentar sempre foi motivo de preocupação para diferentes povos, desde os povos primitivos até os dias atuais, sendo que a preocupação em torno da alimentação faz parte da história. Este capítulo apresenta um breve histórico das políticas públicas de alimentação no Brasil, desde as primeiras medidas do século XX até a concepção atual de pensar a alimentação do ponto de vista da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação.

3.1 PRIMEIRAS MEDIDAS POLÍTICAS E QUADRO SÍNTESE DAS POLÍTICAS NO BRASIL

Segundo a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2013), é na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o conceito ganha força, período esse que se notava a tensão política existente do acesso ao alimento como um direito humano. Nesta subseção será apresentada uma análise das primeiras medidas políticas no âmbito da alimentação no Brasil e um quadro síntese histórico que também servirá como norte para as discussões da próxima subseção.

No Brasil, o debate sobre a fome e a necessidade de políticas sociais direcionadas a essa questão ganham destaque, especialmente a partir da década de 1930. Desde esse contexto até a atualidade, o país vivenciou diversos avanços e alguns retrocessos neste âmbito.

Como aponta, a Cátedra Josué de Castro, Da Fome à Fome – Diálogos com Josué de Castro (2022), o quadro abaixo apresenta uma linha do tempo que percorre mais de 75 anos da trajetória da Alimentação, Nutrição, Produção, Acesso e Consumo de Alimentos no Brasil. Construindo assim, um olhar mais amplo sobre a fome para dessa maneira, identificar avanços e retrocessos no processo de garantia do direito à alimentação no país.

Quadro 1- Combate à fome e Políticas Públicas no Brasil – Síntese de avanços e retrocessos neste âmbito

Ano	Linha do tempo ao combate à fome e Políticas Públicas no Brasil.
1932	Josué de Castro realiza pesquisa “As condições de vida das classes operárias no Nordeste”
1940	Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)
1945	Comissão Nacional de Alimentação (CNA)
1946	Livro Geografia da Fome, de Josué de Castro, analisa as principais carências nutricionais de cada uma das cinco regiões do país.
1954	Programa Nacional de Merenda Escolar
1962	Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)
	Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)
1963	Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem)
1972	Instituto Nacional de Alimentação e Nutricional (INAN)
1976	Programa de Complementação Alimentar (PCA)
	Programa de Alimentação do trabalhador (PAT)
1979	Programa de Alimentação Escolar (PNAE)
	Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda (PROAB)
	Programa Nacional do Leite Para Crianças Carentes
1981	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM)
1990	Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)
	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)
1993	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA)
	Consea criado no governo Itamar Franco, foi desativado pelo por Fernando Henrique Cardoso.
1996	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

1999	Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
2001	Programa Nacional de Renda Mínima (Bolsa Alimentação)
	Programa Fome Zero
2003	Reativado o Consea
2004	Programa de Atenção integral à família (PAIF), Bolsa Família
	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)
	Lei Orgânica da Segurança alimentar e Nutricional (LOSAN)
2006	Programa de Alimentação Adequada e Saudável (PAAS)
2007	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
2008	Câmara interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)
2010	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)
2012	Criação da Rede PENSSAN
2013	Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA)
2015	Pacto Nacional para Alimentação Saudável
2016	Teto de Gastos, aprovação da PEC 241 que impõe um teto de gastos públicos pelos 20 anos
2019	Extinção CONSEA
2020	Auxílio Emergencial, pandemia de covid-19 no Brasil
2021	Auxílio Brasil, extingue o Programa Bolsa Família
2022	II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.
2023	Retomada da CONSEA, definindo-o como órgão de assessoramento imediato à Presidência da República.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) de acordo com dados, geografia da fome, combate à fome 75 anos de políticas públicas (2022).

Em 1932 Josué de Castro deu início a um estudo pioneiro onde foi realizada uma pesquisa em uma fábrica do Recife, na qual foi contratado pela fábrica para aumentar a produtividade dos trabalhadores. Conforme Campos (2012), no estudo Castro diagnosticou as péssimas condições de habitação, vestuário e, principalmente, alimentação da classe operária. Pela primeira vez foram estabelecidas relações diretas entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação, também foram examinadas as condições de vida, o tipo de moradia e o salário dos trabalhadores. Este estudo teve forte impacto nos meios cultos da época, sendo assim o ponto inicial para as primeiras políticas de combate à fome no Brasil.

Nos anos seguintes, foram tomadas diversas medidas políticas direcionadas à alimentação no Brasil. O Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS foi criado pelo decreto-lei 2478, de 05 de agosto de 1940, assinado por Getúlio Vargas e pelo Ministro do Trabalho Waldemar Falcão. O SAPS foi extinto em 1967, durante sua existência sofreu diversas alterações em seu perfil de funcionamento e em seus objetivos técnicos e políticos. O SAPS fazia parte de um programa estatal de melhoria da situação de vida dos trabalhadores, tratava-se de restaurantes que ofereciam refeições a preços baixos de modo que grande parcela dos trabalhadores tivesse uma alimentação rica em nutrientes (FOGAGNOLI, 2021).

No âmbito internacional, em 1945, é criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como um organismo especializado da ONU (Organização das Nações Unidas). Este órgão, em inglês denominado *Food and Agriculture Organization*, em sua criação já entendia o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano, enquanto outros órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) viam a solução da segurança alimentar nos mecanismos de mercado (ABRANDH, 2013).

Nesse mesmo ano, em fevereiro de 1945, pelo Regulamento n. 73281945, foi instalada no Brasil a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), com funções de definir a Política Nacional de Alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando campanhas

educativas contribuindo para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados (SILVA, 1995).

A CNA (Comissão Nacional de Alimentos) e SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) foram assim estabelecidas, e começaram a fornecer aos trabalhadores assistência alimentar através de restaurantes bem conhecidos, locais onde bens básicos poderiam ser vendidos por uma taxa, e campanhas que promoviam a educação nutricional em ambientes de trabalho.

No início da década de 1970, a conversa sobre a influência da nutrição como um objetivo explícito e deliberado do desenvolvimento se expandiu. Em 1972, com a estimativa de que era necessário mudanças na condução das políticas sociais, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), com o objetivo de formular uma Política de Alimentação e Nutrição para garantir a qualidade dos alimentos destinados ao consumo no país e a promoção de práticas saudáveis para prevenir e controlar distúrbios nutricionais e propiciar o acesso universal aos alimentos (ARRUDA, 2007).

Em meados da década de 1980 e início da década de 1990 o tema da alimentação e nutrição ganhou força no cenário nacional. A partir de meados dos anos de 1980, “emergem no Brasil várias mobilizações e movimentos sociais com reivindicações diversas, que vão desde a redemocratização do país, passando pela ampliação de direitos, até a luta pela redução das desigualdades sociais” (AMARAL, 2016.p 183).

De acordo com Maluf (1996), desde o início da década de 1990, tem crescido consideravelmente a adoção do conceito de segurança alimentar como referência das políticas em vários níveis de administração pública no Brasil, ou seja, nos organismos estaduais e municipais de agricultura e abastecimento.

Em relação às décadas 1980 e 1990 e seus avanços em segurança alimentar, Silva (2014) aponta:

[...] que a temática da segurança alimentar sempre esteve inserida de maneira precária na agenda governamental, ligada a estruturas e programas, muitas vezes clientelistas, sem critérios claros de acesso, sem autonomia orçamentária e sujeita a descontinuidades. As propostas que visavam superar essa deficiência tiveram pouco ou nenhum resultado programático concreto, ficando, no máximo, no mero plano do discurso. Mesmo assim, os anos 1980 e 1990 apresentaram avanços importantes, muito em virtude da mobilização social que se verificou em torno do tema, que serviram, inclusive, como embriões para os avanços alcançados nos anos posteriores [...] (SILVA, 2014, p. 30-31).

No ano de 1980 o sociólogo Herbert de Souza, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e, na década de 1990, tornou-se símbolo de cidadania no Brasil. Betinho mobilizou a sociedade brasileira para enfrentar a pobreza e as desigualdades.

Magalhães (2023) relata:

A Campanha da Fome surge, assim, para recriar laços sociais independentemente do mercado e do Estado e, ao mesmo tempo, oferecer alternativas de ações de combate à pobreza frente ao Estado ineficiente na contenção de desigualdades, a partir do funcionamento de ambos. (MAGALHÃES, 2002, p.133)

Conhecido pela frase “quem tem fome tem pressa”, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, intelectual e ativista dos direitos humanos criou em 1993 a Ação da Cidadania, contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Foi uma campanha de doações de alimentos não perecíveis para combater o problema da fome no Brasil.

Neste mesmo ano, em abril de 1993 foi criado O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) como órgão de aconselhamento da Presidência da República, composta por Ministros de Estado e representantes da sociedade civil, tal parceria buscava soluções para o problema da fome e da miséria no país. Em julho de 1994 o CONSEA realizou a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), nela foi lançada a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, na qual o conceito de Segurança Alimentar encontra-se estreitamente vinculado aos direitos sociais e à consolidação da cidadania.

A Conferência, além de fazer um balanço das ações em curso na área e do trabalho do Consea, também apontou a necessidade de o país ter uma política nacional de segurança alimentar. Nela também foi afirmado que a concentração da renda e da terra são os principais fatores da existência da fome e da miséria no país (IPEA, 2008).

3.2 AVANÇOS NA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

O termo SAN surgiu oficialmente em 1985 com a elaboração por parte do Mapa da proposta de Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “que visava atender às necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência na produção de alimentos” (IPEA, 2008, p. 233). A partir da incorporação no âmbito político do conceito de Segurança Alimentar, o mesmo passou a direcionar uma série de medidas políticas para a efetivação do direito humano à alimentação.

Conforme o Abrandh (2013) no conceito de SAN consideram-se dois elementos distintos e complementares.

A dimensão alimentar refere-se à produção e disponibilidade de alimentos, que devem ser:

- Suficientes e adequadas para atender a demanda da população, em termos de quantidade e qualidade;
- Estáveis e continuadas para garantir a oferta permanente, neutralizando as flutuações sazonais;
- Autônomas para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos;
- Equitativas para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas, haja vista manter ou recuperar a saúde nas etapas do curso da vida e nos diferentes grupos da população;
- Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural, com vistas a assegurar a SAN das próximas gerações.

A dimensão nutricional incorpora as relações entre o ser humano alimento, implicando em:

- Disponibilidade de alimentos saudáveis;
- Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional e sanitário;
- Consumo alimentar adequado e saudável para cada fase do ciclo da vida;
- Condições de promoção da saúde, da higiene e de uma vida saudável para melhorar e garantir a adequada utilização biológica dos alimentos consumidos;
- Condições de promoção de cuidados com a própria saúde, com a saúde da família e da comunidade;
- Direito à saúde, com o acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutiva;
- Prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais;
- Boas oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social no local em que se vive e se trabalha (ABRANDT, 2013, p.13-14).

A Segurança Alimentar e Nutricional é um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, ou seja, desenvolver-se articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo.

De acordo com Silva (2014, p. 13), “com a realização da Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO, em 1992, incorporou-se o aspecto

nutricional e sanitário ao conceito de segurança alimentar, passando a ser adotado como SAN”.

Em 1999, a ONU apresentou internacionalmente o conceito denominado direito humano à alimentação adequada, qual é respaldado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que também abrange vários outros direitos, como, o direito à vida, à liberdade, o acesso a água, a educação, ao trabalho e dentre outros direitos os quais são universais a todos os seres humanos.

Artigo XXV – 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistências em circunstâncias fora do controle (ONU, 1948).

Os Direitos Humanos discutem sobre condições básicas de vida que todos os seres humanos devem ter para viver com dignidade, sendo o direito de se alimentar parte essencial dos Direitos Humanos. Para Leão (2013) a definição do direito humano à alimentação adequada:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (LEÃO, 2013. p. 27).

Em 1986, com a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, adotou-se a concepção de alimentação como direito de cidadania. O conceito de segurança alimentar passou a incorporar também as noções de acesso a alimentos seguros e de qualidade.

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986).

O direito à alimentação saudável e adequada é derivado do próprio direito à vida. É um direito humano e fundamental à existência humana, pois é indispensável

à sobrevivência do homem, garantindo a sua dignidade e liberdade, além da igualdade entre todos os seres humanos.

O direito à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação se constitui no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de qualquer coisa, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida (VALENTE, 2003b).

A partir de 2003, sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, a discussão sobre a fome voltou à agenda federal sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que propunha discutir aspectos relativos à condição humana no país, que envolvia demandas para além da temática fome.

Em janeiro de 2003 o governo federal lançou o programa Fome Zero com objetivo de integrar políticas emergenciais de combate à fome. O programa foi uma estratégia para garantir o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos.” O documento Fome Zero define o público a que se destina e apresenta a estimativa da população brasileira em situação de carência alimentar ou em situação vulnerável a ela” (YASBEK,2004, p.107)

Segundo Silva (2014), o Programa Fome Zero parte do diagnóstico da realidade brasileira da época, abordando alguns problemas sociais latentes, como por exemplo, a insuficiência de renda por parte de milhões de brasileiros, os altos índices de desemprego e informalidade, e o baixo estímulo à agricultura familiar. Deste modo:

[...] dividiram-se as ações implementadas desde o seu primeiro ano em uma estratégia operacional baseada em seis linhas centrais de atuação governamental. São elas: i) transferência de renda; ii) compras públicas; iii) programas de apoio; iv) participação popular; v) articulação territorial; e vi) consolidação institucional. (SILVA, 2014, p.32).

Dentre as ações, destaca-se o Banco de Alimentos que funciona através da intermediação entre o comércio, o armazenamento e as entidades socioassistenciais. Nesse contexto, o programa Mesa Brasil se enquadra dentro da modalidade.

A Lei nº 11.346 Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, no dia 15 de setembro de 2006. A citada lei também cria o Sistema de Segurança

Alimentar e Nutricional (SISAN) com o intuito de assegurar o direito humano à alimentação de forma integrada. A Lei nº 11.346 Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) define o conceito de SAN:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

A referida lei acrescenta ainda, que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) abrange:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País. (BRASIL, 2006).

Segundo Conti (2009, p. 37) a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), “incorpora os princípios da legislação internacional, representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial de SAN, reafirma os princípios da Soberania Alimentar e do Direito Humano à Alimentação Adequada”.

Portanto o SISAN é um sistema público, de gestão intersetorial e participativa que possibilita a articulação entre os três níveis de governo. Segundo Cruz (2018), o SISAN prevê a participação social através do CONSEA, Conselho de Direito. De acordo com o autor é importante destacar que as ações estatais voltadas para SAN no Brasil, são resultados da grande mobilização da sociedade civil, trazendo a fome como pauta de discussões.

3.3 RETROCESSOS RECENTES NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O AVANÇO DA FOME NO BRASIL (2016-2022)

Após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, o novo presidente Michel Temer adotou medidas que se configuraram na contramão das políticas adotadas por seus antecessores Dilma Rousseff e Luiz Inácio da Silva. No mesmo ano, foi aprovada por Michel Temer a Emenda Constitucional nº 95, que congelou os gastos sociais por vinte anos e intensificou o desmonte das políticas de SAN no Brasil.

De acordo com Ferreira (2022), a Emenda Constitucional nº 95 representou a ruptura com os processos acordados voltados para a ampliação da cobertura e proteção da segurança alimentar e nutricional, como também gerou impactos sobre a saúde, educação, cultura e agricultura familiar.

Após essa nova conjuntura política o Brasil entra num período em que novas lideranças de governo estão alinhadas à visão “modernizadora” da agricultura e do desenvolvimento rural, fortalecendo o uso do agrotóxico e atendendo o propósito da bancada ruralista.

No ano de 2019 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi extinto pelo recém-eleito Presidente Jair Bolsonaro que publicou a Medida Provisória nº 870, posteriormente convertida na Lei nº 13.844/2019. Criado no governo Itamar Franco no ano de 1993 e reaberto no início do primeiro governo Lula, o Consea fazia parte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

O Conselho é o espaço onde os diferentes setores de governo podem dialogar com os diferentes setores da sociedade civil, um espaço para articulação de ideias entre esses dois setores. As políticas originárias da CONSEA com participação democrática tiveram um papel importante para tirar o Brasil do mapa da fome da ONU em 2014. O Consea teve um papel fundamental na formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e no controle do uso de agrotóxicos.

O programa de distribuição de renda, o Bolsa Família, também foi extinto no governo de Jair Bolsonaro. Em seu lugar, foi criado o Auxílio_Brasil. O Bolsa Família foi criado em 2003, início do governo Lula e, teve por objetivo combater a

pobreza e a fome. As famílias eram atendidas por assistentes sociais, equipes técnicas e servidores preparados dos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social, que as encaminhavam para os programas federais, estaduais ou municipais disponíveis, de acordo com suas necessidades.

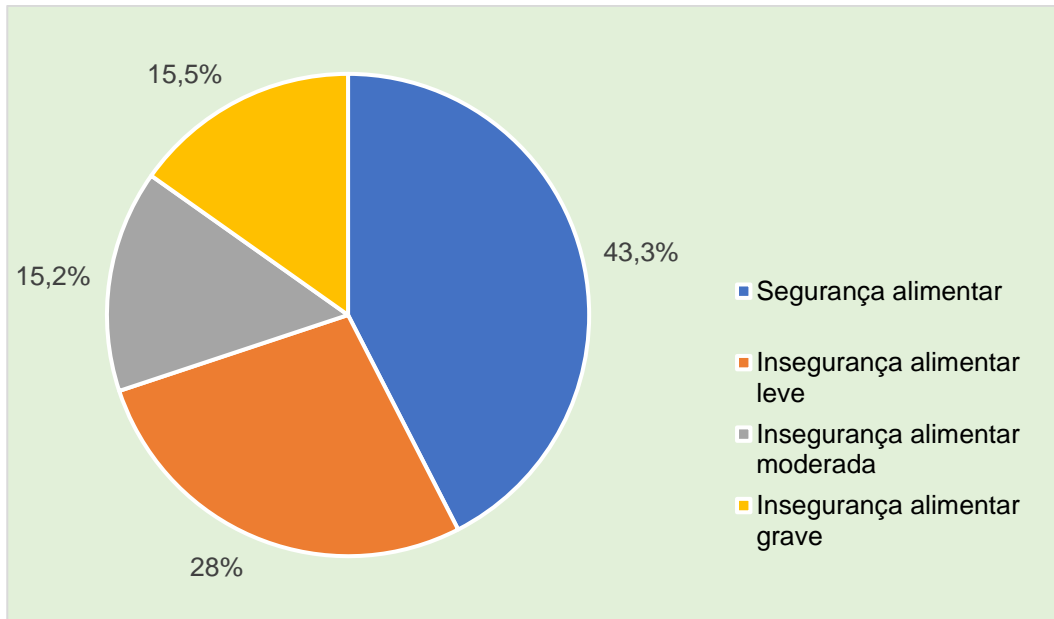
Em 2015 o Brasil voltou ao cenário do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), com um agravamento ainda mais significativo ao longo da pandemia de covid -19. Com a pandemia de Covid-19, a questão da insegurança alimentar volta ao centro das discussões.

Segundo o IBGE, entre 2013 e 2018 a fome voltou a se propagar nos lares brasileiros, a insegurança alimentar moderada foi a que mais cresceu entre 2013 e 2018. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, nos anos de 2017-2018 dos 68,9 milhões de domicílios do país, 36,7% estavam com algum nível de insegurança alimentar, atingindo, ao todo, 84,9 milhões de pessoas. O IBGE classifica a insegurança alimentar em três níveis - leve, moderada e grave – da seguinte maneira:

A condição de *Segurança Alimentar* (SA) reflete o pleno acesso dos moradores dos domicílios aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como em qualidade adequada, de tal modo que a pessoa entrevistada sequer relata preocupação ou iminência de sofrer qualquer restrição alimentar no futuro próximo. Já na *Insegurança Alimentar Leve* (IA leve) há preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e já se verifica comprometimento da qualidade da alimentação, ou os adultos da família assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponível aos seus integrantes. Nos domicílios com *Insegurança Alimentar Moderada* (IA moderada), os moradores, em especial os adultos, passaram a conviver com restrição quantitativa de alimentos no período de referência. O nível de *Insegurança Alimentar Grave* (IA grave) significa que houve ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo, quando presentes, as crianças (IBGE, 2020).

De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), criada em 2012.

Gráfico 1 – Insegurança alimentar no Brasil 2021-2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023). Conforme os da Rede PENSSAN II VIGISAN (II Inquérito de Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid -19, 2022).

Conforme o gráfico, em 2022 a fome avançou e atingiu 15,5% (33,1 milhões de pessoas) que enfrentam insegurança alimentar grave. Mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau (leve, moderado ou grave). “No Brasil de 2022, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação, ou seja, estão em condição de segurança alimentar” (REDE PENSSAN, 2022).

Segundo a Rede Penssan (2022) a insegurança alimentar segue como uma questão que atinge as regiões do Brasil de forma desigual. No Norte e no Nordeste, os números chegam, respectivamente, a 71,6% e 68%, são índices expressivamente maiores do que a média nacional de 58,7%. Nas áreas rurais, a insegurança alimentar, leve, moderada e grave esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, 65% dos lares conduzidos por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível. De acordo com os dados da pesquisa é possível observar a desigualdade racial quanto à situação de insegurança alimentar, sendo assim expressões que se configuram a partir de um racismo estrutural na sociedade brasileira que permanece latente na atualidade. Para Silva et al. (2022) a situação socioeconômica da população brasileira expressa violações de direitos marcadas pelas diferenças raciais. De acordo com o autor a insegurança alimentar reforça as desigualdades

entre raças e gêneros e manifestam-se como uma das expressões da exploração e desvalorização socioeconômica desse grupo.

Conforme destaca a FAO (2023) “Com a crise econômica e sanitária no Brasil, muitas famílias foram levadas à situação de extrema pobreza, assim como a perda do poder de compra, impactou diretamente o acesso destas pessoas a alimentos não só em quantidade, mas também em qualidade.”

A fome enquanto um fenômeno complexo e que já apresentava um acentuado crescimento nos anos anteriores à pandemia na realidade brasileira, tornou-se ainda mais grave no contexto da crise sanitária (SCHAPPO, 2021).

Frente a esta problemática, as medidas de combate à fome, à insegurança alimentar e a proteção à vida exigem esforços conjuntos e articulados com respeito à participação da sociedade, especialmente na elaboração de planos e estratégias, assim como exige a responsabilidade dos governos na sustentação da renda, na efetivação de direitos, nos investimentos e nas políticas públicas (SCHAPPO, 2021, p.43).

Nesse sentido, o agravamento da fome na pandemia exige medidas não apenas paliativas, mas estruturais de combate à fome, tendo em vista que este contexto acentuou uma problemática latente no país e não apenas resultante de um contexto pandêmico.

Nos últimos anos a insegurança alimentar se tornou ainda mais presente entre as famílias brasileiras, visto a descontinuidade das políticas públicas e o agravamento da crise econômica e a pandemia da Covid-19. Esse conjunto de fatores agravantes, aliados aos históricos processos de concentração de terra e de riquezas levou mais da metade da população brasileira à situação de insegurança alimentar nos mais variados níveis de gravidade.

A partir da análise síntese destes diferentes contextos desenvolvida neste capítulo, será retornada a seguir a discussão sobre a importância de se pensar a fome e a insegurança alimentar e nutricional como um tema complexo. Nesse sentido, se destaca no próximo capítulo, a partir dos dados do perfil das famílias do Programa Mesa Brasil Sesc, o quanto as ações de combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional exigem medidas mais amplas e que envolvem diferentes setores e diferentes necessidades.

4 O PROGRAMA MESA BRASIL DO SESC: Possibilidades e limites no combate à fome e a insegurança alimentar.

Este capítulo apresenta a importância de uma série de medidas e ações intersetoriais no combate à fome e à insegurança alimentar. A partir de uma pesquisa documental sobre o Programa Mesa Brasil Sesc e de uma análise do perfil das famílias usuárias do Programa, argumenta-se a necessidade de políticas efetivas que garantam o direito humano à alimentação. Destaca-se a importância do Programa como uma iniciativa importante, no entanto, afere-se que o mesmo de forma isolada não dará conta de suprir as necessidades e demandas das famílias usuárias. Primeiramente, é retratada brevemente a história do SESC a nível nacional, a trajetória do SESC Santa Catarina, com foco no Programa Mesa Brasil unidade São José, o qual fica localizado anexo ao CEASA. Em seguida, o capítulo apresenta o perfil das famílias e análise sobre as possibilidades e limites do Programa, especialmente no combate à fome e à segurança alimentar.

4.1 O SESC E O PROGRAMA MESA BRASIL

O SESC foi criado no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1946 por meio do Decreto-Lei nº. 9.853 como resultado da ação de empresários e organizações, foi criada como uma entidade de direito privado sendo assim um serviço autônomo sem fins lucrativos.

Do ponto de vista da Instituição, o SESC surgiu:

[...] do compromisso de empresários deste setor em colaborar com o cenário social, por meio de ações que proporcionassem melhores condições de vida a seus empregados e familiares e o desenvolvimento das comunidades onde vivem. Sua presença nacional possibilita estar sempre sintonizado com o público, atendendo às demandas conforme as características de cada localidade. Além das unidades situadas nas principais cidades do Brasil e em municípios do interior, o SESC estende sua ação por meio de unidades móveis. Em todas as nossas ações, a formação de cidadãos mais plenos e participantes da vida do país é o que inspira os quase 36 mil funcionários do SESC. A diversidade do brasileiro e a imensidão do país se refletem em sua atuação (PORTAL SESC, 2020).

O SESC Santa Catarina iniciou com a criação do Conselho Regional do SESC SC, em 29 de setembro de 1948, sob a presidência de Charles Edgar Moritz.

Dentre as principais atribuições do SESC Santa Catarina estão: o planejamento e a execução de ações nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, com a oferta de projetos e programas, equipamentos e serviços, voltados prioritariamente à comunidade comerciária (SESC, 2022).

A partir da década de 1990, constata-se que o SESC passa a ter uma ação mais efetiva no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional. O contexto das primeiras ações é o de agravamento da fome no país e de crescimento das discussões, conferências e de mobilizações de combate à fome, como visto no capítulo anterior. O quadro seguinte situa essas primeiras ações do SESC nesta área.

Quadro 2 - Combate à fome e Políticas Públicas no Brasil – Síntese de avanços e retrocessos neste âmbito

1991	É lançado no SESC Paraná o projeto Sopa & Pão. As sopas eram preparadas pelos restaurantes das unidades e distribuídas para crianças, idosos e famílias de baixa renda.
1994	Nasce o Mesa São Paulo na unidade SESC Carmo, capital, com objetivo de evitar o desperdício de alimentos e minimizar a fome.
1997	Surge a modalidade de trabalho denominada colheita urbana. Os alimentos excedentes – mas ainda próprios para o consumo – são distribuídos para entidades sociais.
2000	O SESC Rio de Janeiro implanta a modalidade banco de alimentos. Eles permitem que as doações sejam recolhidas nas empresas doadoras, armazenadas e disponibilizadas às instituições sociais. Em 2001, a modalidade foi lançada no Ceará e em 2002, em Pernambuco.

Fonte: Portal SESC Mesa Brasil, 2023.

O Mesa Brasil SESC foi criado em São Paulo no ano de 1994, mas somente em fevereiro de 2003 o SESC Nacional assinou o Protocolo de Cooperação e Parceria com o Governo Federal, implantando posteriormente o MESA BRASIL em todos os pontos regionais do SESC. O Programa representou um esforço institucional e coletivo para a formação da Rede Nacional de Solidariedade contra a Fome e o Desperdício de Alimentos. Esta rede, passou a contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida e a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade. O Mesa Brasil caracteriza-se como um programa de segurança alimentar e nutricional do Sesc e possui como parceiros empresas, organizações sociais e voluntários. A equipe mapeia, identifica, cadastra empresas doadoras e as instituições que serão beneficiadas pelas doações, buscando onde sobram

alimentos e suprindo onde faltam, assim, atuando no combate ao desperdício de alimentos e auxiliando na alimentação de significativa parcela da população brasileira.

O foco do seu trabalho destina-se a contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social. As suas finalidades se direcionam para o auxílio no alcance da segurança alimentar e nutricional de sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante a distribuição de gêneros alimentícios doados por parceiros, principalmente hortifrúteis, e, desenvolver ações educativas com o público atendido, visando contribuir para o fortalecimento e resgate da autonomia.

Desenvolve um trabalho voltado ao combate à fome e ao desperdício de alimentos, com a característica de um centro de armazenamento e distribuição de alimentos.

A seguir serão descritos os seguintes valores do Programa:

Missão

“Contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e atuar na redução do desperdício, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social em todo o país”.

Visão

“Ser um Programa modelar no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, sustentável enquanto rede e reconhecido pela sociedade” (GUIA MESA BRASIL, 2016, P.13).

O Mesa Brasil – SESC movimenta, através de suas parcerias, um eixo operacional que envolve toda a cadeia de produção, comercialização, utilização dos alimentos e as redes de proteção social. Como aponta o Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (2016), cabe evidenciar que seu formato de colheita urbana e banco de alimentos não garante refeições completas, mas auxilia e reforça as refeições disponibilizadas pelas instituições sociais beneficiadas pelo programa, complementando o valor nutricional.

Sua organização e seu funcionamento ocorrem através da coleta diária de alimentos, com seleção no próprio local e destinação imediata às entidades para recebimento da colheita urbana, sendo que todos esses procedimentos de seleção e

transporte dos alimentos seguem normas de controle higiênico-sanitário, contidas na RDC 216 / 2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), e na Portaria 326/ 1997 do Ministério da Saúde.

Referente ao público-alvo, o Programa Mesa Brasil SESC atende, prioritariamente, organizações sociais. Assim, para serem atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC, um dos critérios é de que as organizações sociais precisam estar registradas ou em processo de registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou em outros Conselhos de Direitos e Controle Social, sendo necessário ainda que produzam e forneçam as refeições em suas dependências ou que realizem a distribuição às famílias atendidas. As instituições atendidas são Organizações Sociais que atuam com idosos, crianças e adolescentes, famílias, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, instituições de saúde, comunidades terapêuticas, educação especial, instituições de acolhimentos, pastorais, entre outras. Além da distribuição de alimentos, é importante destacar que concomitantemente, o Programa desenvolve ações educativas nas áreas de Nutrição e Serviço Social com o objetivo de fortalecer as organizações sociais atendidas. A equipe busca atender as demandas e necessidades de ações educativas, as quais são desenvolvidas em cada espaço.

Dentre as diretrizes que norteiam o Programa, avalia-se importante o desenvolvimento permanentemente de atividades socioeducativas. Diversas atividades integram o núcleo de ações estruturais do programa, como: palestras, oficinas, dinâmicas de grupo, vivências, seminários, encontros temáticos, reuniões de grupo, eventos comemorativos, saídas de campo culturais, fóruns, feiras de informações e cursos, sendo realizados de acordo com as necessidades dos diferentes públicos envolvidos, funcionários e usuários das instituições, empresas doadoras, voluntários, famílias atendidas e público em geral.

Os trabalhos desenvolvidos nas instituições têm como foco principal transmitir informações que incentivem os envolvidos a buscar sua autonomia, buscando outras fontes de renda tanto na esfera pública (governos), como na esfera privada (empresas). Miotto (2009), aponta dois pilares fundamentais nesses processos socioassistenciais.

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na

trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. São eles que dão sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social de 1993 (MIOTO,2009, p.5).

As atividades desenvolvidas pelo Programa, como cursos, oficinas e palestras visam a difusão de conhecimentos, trocas de informações e experiências junto aos profissionais, voluntários e beneficiários das entidades sociais, bem como às empresas doadoras (SESC, 2012).

4.1.1 O PROGRAMA MESA BRASIL SESC - SÃO JOSÉ E AS CONTRIBUIÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES E FAMÍLIAS ATENDIDAS.

O Programa Mesa Brasil SESC - São José, está localizado na Central de Abastecimento de Alimentos – CEASA, São José, BR 101-Km 205 – Barreiros. Sua Natureza Jurídica E privada sem fins lucrativos e sua área de atuação é segurança alimentar e nutricional. Desde a sua implantação nacional, em 2003, até os dias de hoje, o programa contribuiu para a complementação de refeições de milhares de pessoas, e construiu uma extensa rede de solidariedade, que conta com parceiros de diversos segmentos.

Buscando a LOSAN como referência, a qual além de estabelecer a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania, passou a considerar como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A primeira diretriz do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina consiste na promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Considerando o que já foi descrito anteriormente, o Programa Mesa Brasil SESC atende, prioritariamente, organizações sociais que, por sua vez, têm como público as pessoas inseridas em contexto de vulnerabilidade. Assim, para serem atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC, as organizações sociais precisam estar registradas ou em processo de registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou em outros conselhos de direitos e controle social.

Em 2005 foi regulamentado o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), este materializa as diretrizes da Lei Orgânica de Assistência e coloca sob foco prioritário a família. É importante ressaltar que nas últimas décadas a família tornou-se o foco central da intervenção das políticas de assistência social e da rede dos serviços socioassistenciais. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é quem regula e organiza em todo território nacional os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Esse modelo se implementou por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Dentro da perspectiva da Assistência Social, o Programa Mesa Brasil Sesc se caracteriza, segundo Resolução nº 191/05 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Decreto nº 6.308/07, como um serviço de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos. As atividades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos compõem o conjunto das ofertas e atenções da política pública de assistência social articuladas à rede socioassistencial, por possibilitarem a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa, no campo socioassistencial, a criação de espaços para a defesa dos direitos socioassistenciais, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário. Tais atividades fazem parte do conjunto de ações da política pública de assistência social, articuladas à rede socioassistencial, por possibilitarem espaços e oportunidades para o exercício da cidadania, no campo socioassistencial, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário.

Em 2017 o Programa mudou a sua sede (antes localizada na unidade do Sesc do Estreito), para um espaço dentro da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA em São José, facilitando o trabalho de recolher e selecionar os alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, que são doados posteriormente.

Devido a demanda de famílias que buscam os alimentos no excedente descartado pela CEASA, o Mesa Brasil São José estabeleceu um acordo com a direção da CEASA, para cadastrar de uma maneira organizada e atender essas famílias através da distribuição de cestas de produtos alimentícios, principalmente de hortifrúti.

Assim sendo, além das doações repassadas às organizações sociais, por meio da complementação alimentar para as pessoas por elas atendidas, o Mesa Brasil Sesc São José passou a atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, na sede do Programa. Para ser atendida e receber a cesta de alimentos, a pessoa passa por uma entrevista com a assistente social do programa, a qual faz uma análise socioeconômica da situação de cada família.

A Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN e da diretriz do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina que consiste na promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional. A partir dos valores que orientam as ações do Mesa Brasil, foi identificada a necessidade e a importância de uma proposta de atendimento às famílias, na qual firmasse um compromisso pela ampliação da cidadania, com a incorporação de atividades educativas como componente estratégico essencial para desenvolver capacidades individuais e fortalecer a busca por melhores condições de vida.

O Atendimento às famílias dentro do Programa Mesa Brasil Sesc São José, possui como público-alvo prioritariamente famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais e, atua na redução do desperdício de alimentos através da distribuição de alimentos, principalmente de hortifrúti, assim como o desenvolvimento de ações que visam o fortalecimento das famílias e o alcance de informações referentes aos seus direitos sociais.

Com as vulnerabilidades sociais agravadas nos últimos anos, o aumento do desemprego, sendo empregos formais quanto os informais levaram muitas famílias a necessitar e buscar benefícios dos quais não demandavam anteriormente. Os impactos sociais não ocorreram de forma homogênea e alguns grupos foram mais afetados, a exemplo dos adultos com nível educacional mais baixo, a população negra, as mulheres e os jovens.

A partir da complexidade das questões envolvidas na questão da fome e o seu agravamento na atualidade, considera-se a importância de programas como o Mesa Brasil, no entanto, para que a segurança alimentar e nutricional seja efetivada e garantida na sociedade, exige-se diversos outros fatores. A alimentação constitui um direito humano fundamental, sendo indispensável à plenitude do desenvolvimento dos outros direitos humanos fundamentais, ela é a base do pleno

desenvolvimento humano influenciando diretamente no desenvolvimento físico e cognitivo. Garantir a alimentação adequada em quantidade e qualidade é um dever do Estado e exige medidas estruturais mais amplas para sua efetivação.

Nesse sentido, cabe destacar a importância de se discutir o direito à alimentação adequada com as famílias cadastradas como uma forma de levar o acesso à informação em direitos humanos. Com esse intuito, foi realizado no semestre de 2022.2 ações socioeducativas com as famílias atendidas pelo Mesa Brasil de São José, sendo parte integrante do Projeto de Intervenção de Estágio da autora deste TCC. Outras ações socioeducativas também foram desenvolvidas pela equipe de nutrição e Serviço Social, englobando ao todo 204 ações, direcionadas às instituições sociais e famílias, conforme demonstrado no quadro síntese abaixo.

Quadro 3 – Resultado Mesa Brasil Sesc São José 2022.

Alimentos distribuídos	1.822.408 kg
Famílias atendidas	250
Parceiros doadores	225
Instituições sociais	112
Ações educativas	204

Fonte: Dados Programa Mesa Brasil – São José, 2022.

No ano de 2022, o programa Mesa Brasil Sesc-SC distribuiu 1.822.408 quilos de alimentos. Tais alimentos foram recebidos dos produtores rurais e boxistas que comercializam seus produtos na Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina – Ceasa/SC, em São José e, dos demais parceiros doadores, como redes de supermercados, frigoríficos, padarias, entre outros.

As frutas, verduras, legumes e demais produtos alimentícios auxiliaram na complementação das refeições de 112 organizações sociais sem fins lucrativos cadastradas no programa, beneficiando 19.635 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social na Grande Florianópolis.

Foram atendidas em 2022 ao todo 250 famílias, englobando mil pessoas. A partir das questões suscitadas anteriormente, considera-se relevante analisar o perfil destas famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil de São José com o intuito de

problematizar as possibilidades e os limites do programa na efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional.

4.1.2 PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA MESA BRASIL SESC - SÃO JOSÉ.

Antes de apresentar o perfil das famílias atendidas pelo Mesa Brasil Sesc – São José, será descrito como é desenvolvido o trabalho junto às famílias atendidas pelo Mesa Brasil Sesc – São José, os objetivos, a metodologia utilizada e os resultados esperados da ação Atendimento às Famílias, como é chamada tal atividade dentro do Programa Mesa Brasil. Os objetivos são:

- Realizar o atendimento inicialmente através do acolhimento, entrevista e orientações às famílias cadastradas no Programa;
- Promover a distribuição de alimentos, como forma de contribuir para o acesso a uma alimentação digna e saudável e a melhoria da qualidade de vida do público atendido e de seus familiares;
- Contribuir para a ampliação do acesso ao universo informacional através da reflexão e diálogo com as temáticas relacionadas aos direitos sociais, tais quais: Dia mundial da saúde, Prevenção da violência contra a mulher, Prevenção do abuso infantil, Conscientização sobre a violência contra os Idosos, Setembro Amarelo, Dia mundial da alimentação. (LOPES, 2022).

A fim de trabalhar os objetivos propostos acima, a equipe utiliza em suas estratégias de atendimento, a acolhida, entrevistas e ações informativas. A acolhida é o processo de contato inicial de um indivíduo ou família com o Mesa Brasil Sesc São José. Compreende o processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Programa. Na acolhida é quando ocorre o início do vínculo entre o Programa e a família. Neste momento, a história de cada família é ouvida, é estabelecido o diálogo franco, uma escuta sem julgamento ou preconceitos, que permita à família falar de sua intimidade com segurança. Constitui importante momento para o estabelecimento de relações de confiança, permitindo o estabelecimento do vínculo entre as famílias e o Programa.

Ferreira (2009) define acolhimento como uma ferramenta que busca garantir o acesso a todos os usuários com objetivo de escutá-los, estabelecendo vínculos entre usuários e profissionais para maior confiança e alcance. Para o Serviço Social, o acolhimento é um elemento do processo interventivo dos assistentes sociais, é o momento de aproximação, de nutrir o vínculo e a compreensão de elementos para fundamentar uma futura intervenção.

A entrevista é um instrumento que permite realizar uma escuta qualificada. A entrevista por meio do processo de diálogo visa estabelecer uma relação com o usuário, com objetivo de conhecer sua realidade social, econômica e cultural. A partir das entrevistas, as quais são realizadas por profissional do serviço social, e conforme critérios estabelecidos, a família passa a ser cadastrada no Programa e a receber semanalmente a cesta de alimentos. O diálogo propicia uma análise crítica da situação, pois a partir da fala do usuário é que o assistente social consegue identificar as questões que permeiam a sua realidade.

Sendo assim, as entrevistas possuem como objetivo principal o reconhecimento da realidade dos usuários e o cadastro destes no Programa. Neste momento também é repassado o funcionamento do Programa, assim como os acordos de dias, horários, faltas, entre outros.

A entrevista pode ser então considerada, um dos instrumentos que possibilita a tomada de consciência pelos assistentes sociais das relações e interações que se estabelecem entre a realidade e os sujeitos, sendo eles individuais ou coletivos (SILVEIRA, 2007, p. 234). A entrevista é um momento de troca, além de ser um instrumento cotidiano para muitos profissionais, é essencial aos que lidam diretamente com os usuários. “A entrevista é uma forma de interação social” (GIL, 2008, p.109).

No que tange as ações informativas sobre os direitos sociais: são desenvolvidas atividades que promovam a reflexão e a informação sobre os direitos sociais e as formas de acessá-los na rede de serviços socioassistenciais. Há oferta e busca de informações sobre uma ampla gama de assuntos que dizem respeito à vida familiar. O foco é o desenvolvimento da capacidade das famílias em sistematizar e refletir sobre uma dada questão, que diz respeito à experiência vivenciada, sendo estimuladas a: conhecer seus direitos ou fortalecer redes de apoio social. Os temas trabalhados, possuem como referência o planejamento do Mesa Brasil Sesc, são eles: Dia Mundial da Saúde, Prevenção da violência contra a

mulher, Prevenção do abuso infantil, Conscientização sobre a violência contra os Idosos, Setembro Amarelo, Dia mundial da alimentação.

O direito ao acesso à informação teve sua evolução no conceito de direitos humanos, assegurado por meio da positivação na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) (OLIVEIRA, 2020, p.303).

Segundo Marques (2000), o direito à informação, pode revelar diversas facetas, dar origem a várias interpretações e ser concebido sob diversas óticas.

Eis aí a importância do direito à informação.

Realmente, a informação, como forma de obtenção de conhecimento, como meio de poder, é hoje mais que um direito: é uma necessidade irrenunciável, sem a qual não há participação, não há liberdade, desmorona-se a igualdade, impede a existência da democracia (MARQUES, 2000, p.30).

O direito à informação é essencial para a cidadania, o direito, é considerado um direito fundamental numa sociedade democrática, é previsto pela Constituição brasileira e foi regulamentado no país em 2011 com a aprovação da Lei de Acesso à Informação.

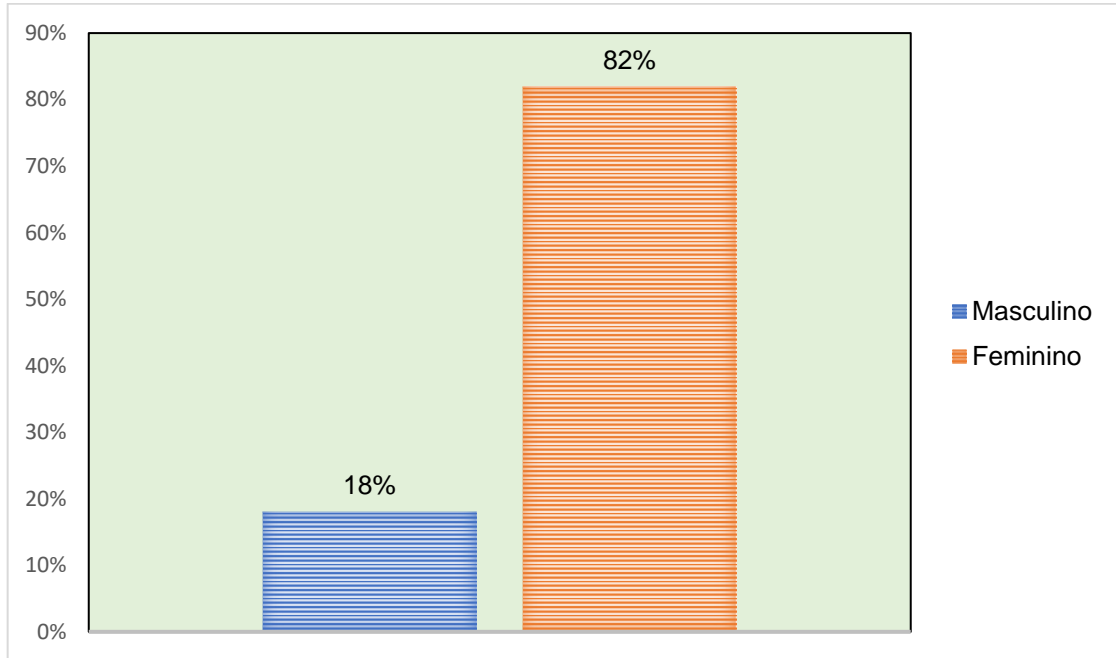
Ao planejar o projeto de intervenção, estimava-se como resultado que as ações pudessem contribuir para o desenvolvimento social das famílias atendidas, contribuindo para a redução dos seus níveis de insegurança alimentar, melhorando quantitativa e qualitativamente as suas refeições, tendo assim acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. A partir da realização das ações educativas, espera-se que as famílias tenham acesso às informações sobre os direitos sociais relacionados aos temas que serão trabalhados, desenvolvendo assim capacidades individuais e fortalecendo a busca por melhores condições de vida. (LOPES, 2022).

O Programa Mesa Brasil atende 250 famílias, atingindo um total de 1.000 pessoas. Para serem incluídas no Programa, um responsável da família participa da etapa de acolhimento e entrevista com a assistente social, com vistas ao preenchimento do cadastro familiar. Em tal cadastro, são levantadas algumas informações, tais quais: identidade de gênero, idade, escolaridade, situação no mercado de trabalho, situação de domicílio, nacionalidade, renda familiar per capita, entre outros dados importantes para entender a dinâmica familiar.

A partir das informações coletadas durante o preenchimento do cadastro familiar, foi possível traçar o perfil das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil

Sesc - São José durante o ano de 2022. A seguir será apresentado e analisado o perfil das famílias atendidas.

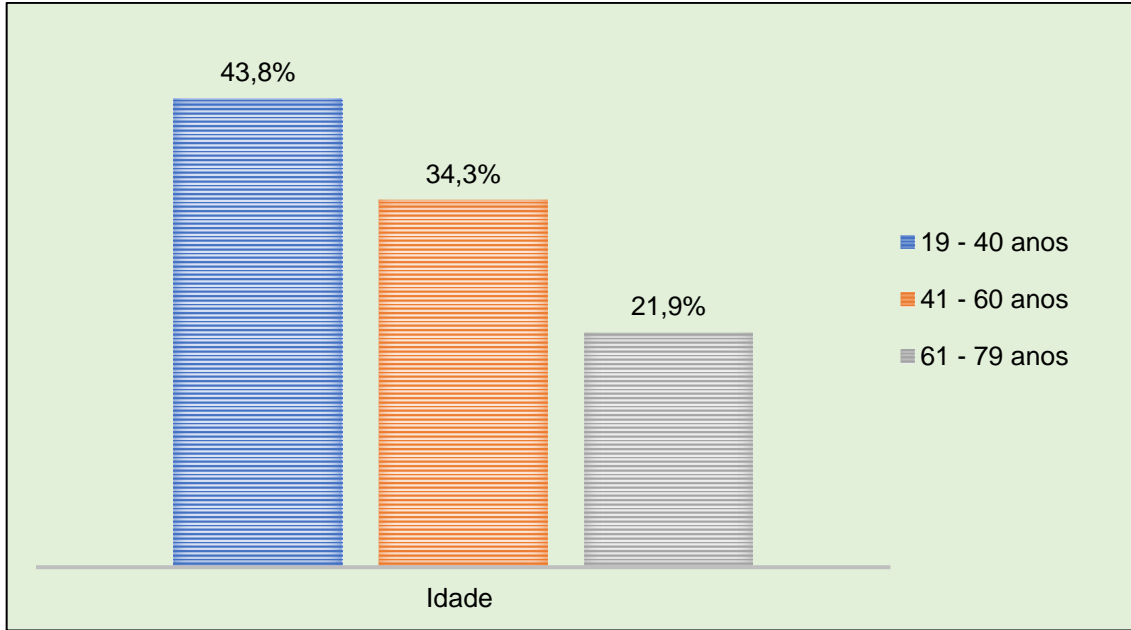
Gráfico 2 – Sexo dos usuários atendidos



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil – São José

De acordo com o gráfico e dados da pesquisa 82% das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC – São José, é predominantemente do sexo feminino e somente 18% do sexo masculino. Os dados expressam um panorama nacional em que a situação de fome é atravessada por questões de gênero, pois ela atinge em maior proporção os domicílios chefiados por mulheres (nestes ela está presente em 19,3%, sendo que nos domicílios como um todo no Brasil está presente em 15,5%).

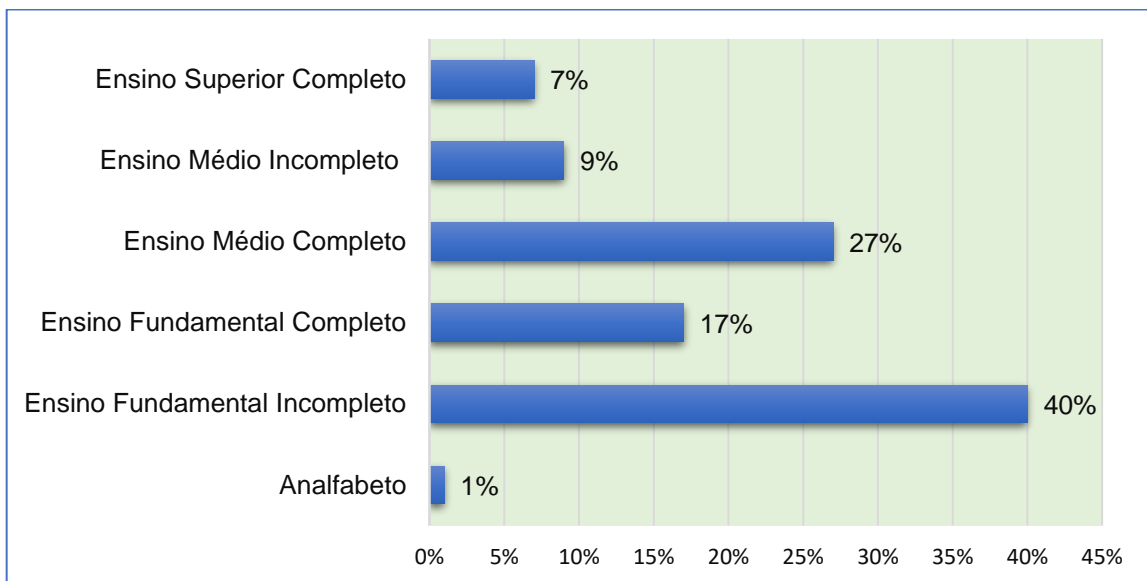
Gráfico 3 – Faixa etária das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil – São José

Conforme o gráfico acima, é possível identificar que a idade variou entre 19 e 79 anos, a faixa de idade mais prevalente de famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil – São José, foi de 19 - 40 anos, totalizando cerca de 43,8% dos indivíduos, 34,3% possuem de 41 – 60 anos e 21,9% possuem idade entre 61 e 79 anos.

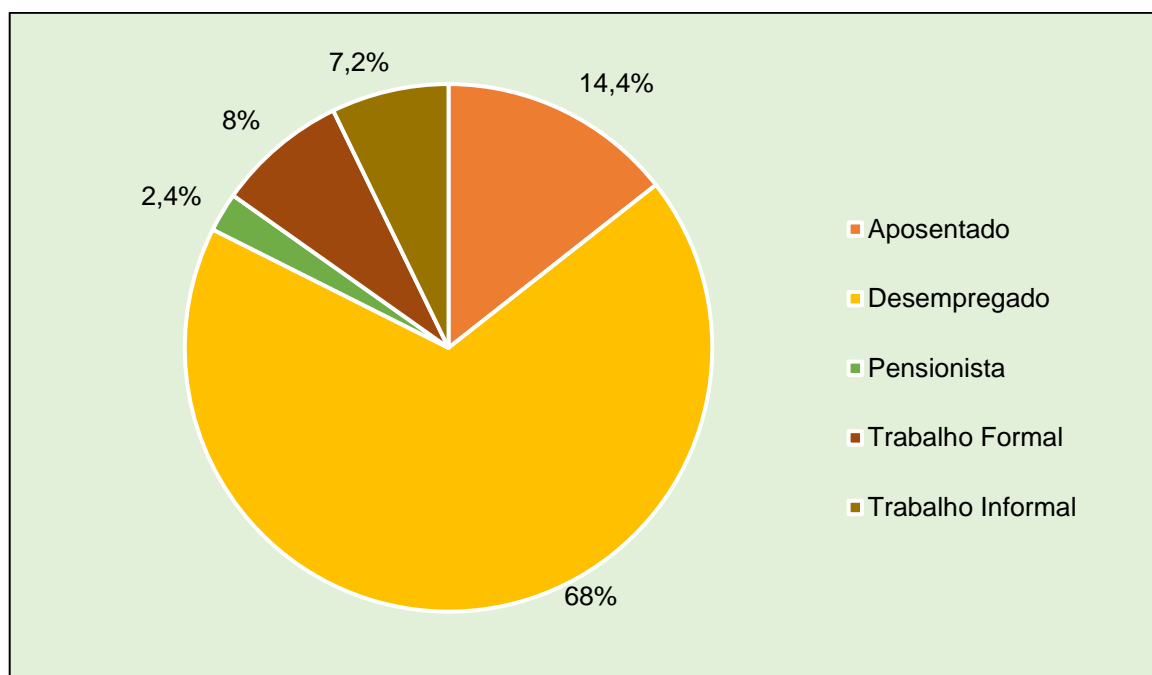
Gráfico 4 - Escolaridade das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil SEESC – São José

A escolaridade das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil – São José, está distribuído da seguinte forma: 40% não concluíram o ensino fundamental, 17% possuem o ensino fundamental completo, 27% completaram ensino médio, 9% possuem o ensino médio incompleto, 1% se declarou analfabeto e somente 7% concluíram o ensino superior.

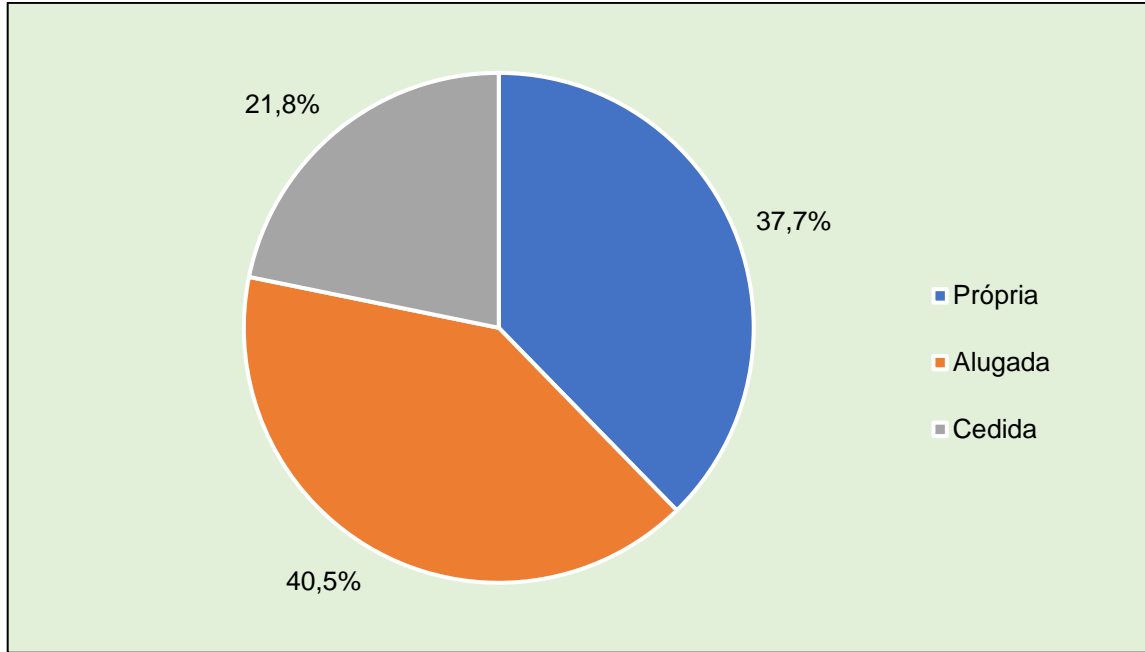
Gráfico 5 - Situação no Mercado de Trabalho das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil SESC– São José

De acordo com os dados coletados, o índice de trabalhadores com o registro em carteira atinge somente 8%, o trabalho informal 7,2%, aposentados apresentaram um índice de 14,4%, pensionistas 2,4% e a grande maioria, representando 68%, as pessoas que se encontram em situação de desemprego.

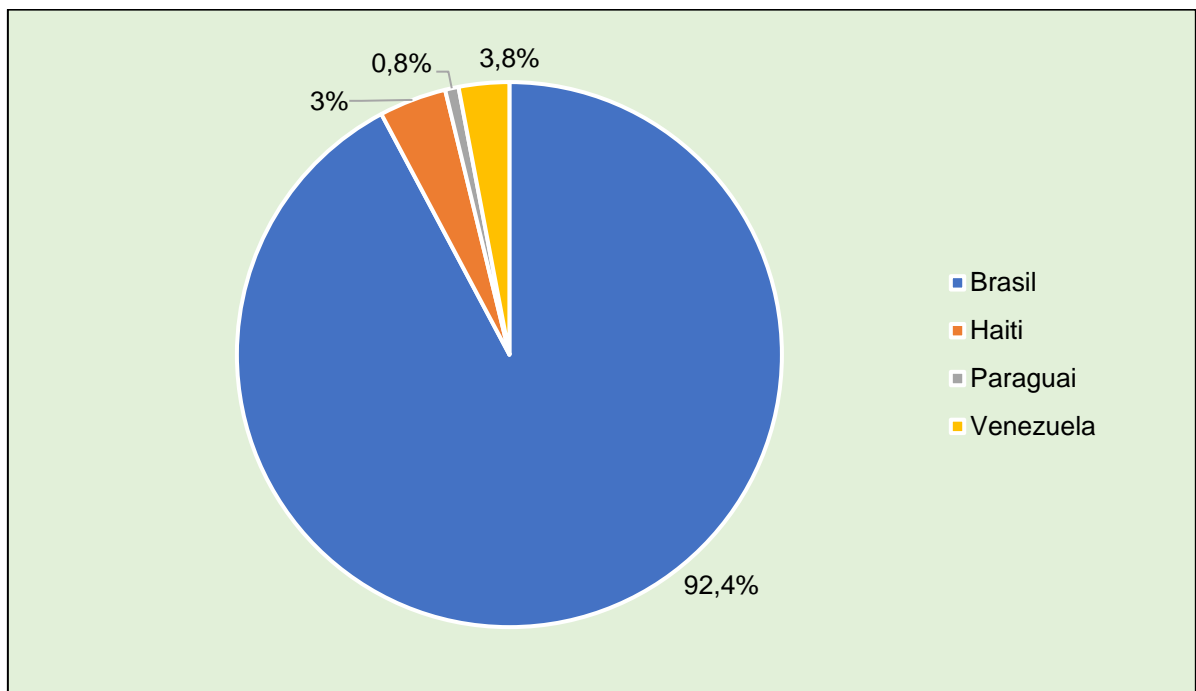
Gráfico 6 – Situação do Domicílio das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil SESC – São José

A situação dos domicílios das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC - São José apresenta a seguinte forma: 37,7% apresentam domicílios próprios, 40,5% apresentam domicílios alugados e, cedidos 21,8% dos domicílios.

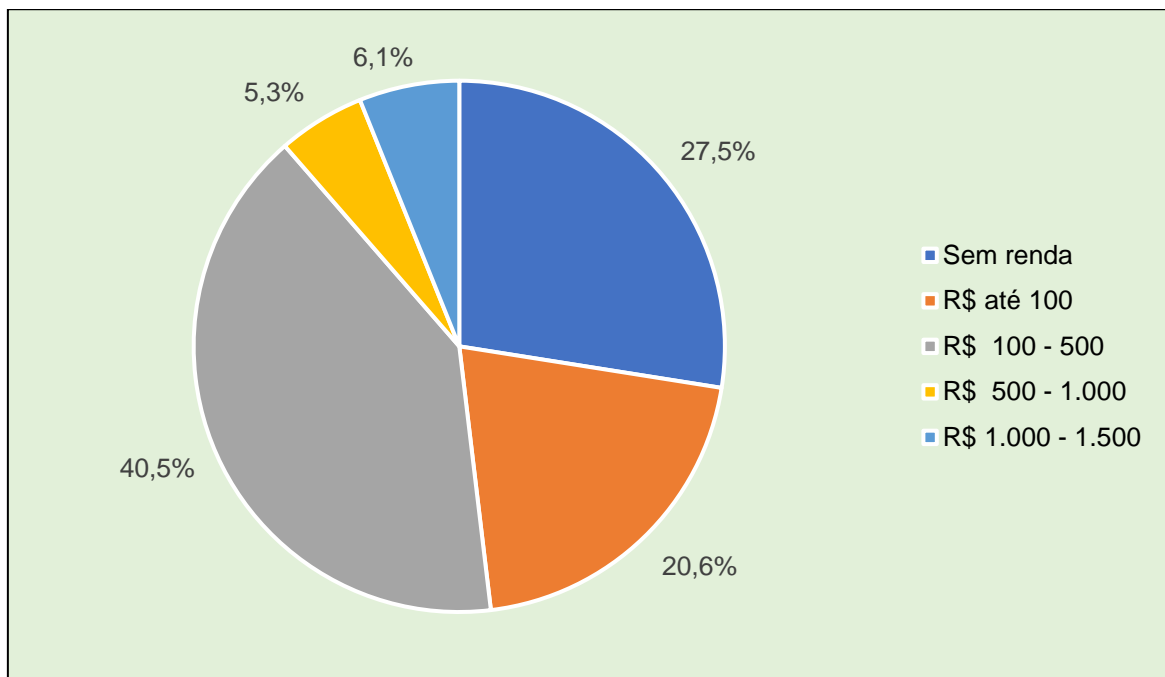
Gráfico 7- Nacionalidade das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil SESC – São José

As famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC – São José, apresentaram quatro nacionalidades, entre elas: 92,4% de nacionalidade brasileira, sendo 3,8% de nacionalidade venezuelana, 3% haitiana e 0,8% paraguaia.

Gráfico 8 – Renda familiar Per Capita das famílias atendidas



Fonte: Elaborado pela autora (2023). De acordo com os dados do Programa Mesa Brasil SESC – São José

O índice das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil SESC – São José, que não possuem renda representam 27,5%, às que recebem até R\$ 100 representam 20,6%, às que recebem entre 100 e 500 reais, o índice foi de 40,5%, às famílias que recebem entre 500 e 1.000 reais, 5,3% e as famílias com rendas superiores a 1.000 até 1.500 reais, 6,1%.

4.1.3 RESULTADO E DISCUSSÃO

O exposto estudo aponta que o gênero predominante são as mulheres representando 82%. Conforme a pesquisa realizada pela Rede Penssan (2022), as mulheres são as mais impactadas pela fome, os dados revelam que a fome é um

problema mais frequente em famílias chefiadas por mulheres, os dados mostram que a desigualdade de gênero se manifesta na mesa das famílias, e as mulheres são um dos grupos mais afetados pela condição da fome e insegurança alimentar.

De acordo com Lacerda (2022), em 2019, 60% do déficit habitacional brasileiro era composto por mulheres vivendo em condições de moradias inapropriadas, de acordo com o autor, entre 2016 e 2019 o déficit habitacional foi basicamente feminino.

O número de pessoas vivendo em situação precária e o número de pessoas que passam fome no Brasil aumentaram muito devido ao aumento do desemprego, da pobreza e da pandemia. O agravamento da fome e insegurança alimentar se expressa diretamente relacionado com as condições gerais de vida da população.

A grande parte desses indivíduos mora em áreas irregulares, assentamentos precários e têm o comprometimento da renda para o pagamento do aluguel. Para Cunha (2020), quando medimos a quantidade de pessoas que não tem moradia ou que habitam em moradias precárias estamos, conseqüentemente, avaliando a falta de infraestrutura básica, educação, saúde, segurança, emprego e renda, formando um conjunto de fatores que reproduz a desigualdade social e que estão relacionadas diretamente com o déficit habitacional.

O Estudo aponta que 40% das famílias cadastradas apresentam baixa escolaridade, não completando a escolaridade primária. A falta de condições mínimas de sobrevivência afeta diretamente outros direitos, como a educação. Por outro lado, a escolaridade também está diretamente relacionada à questão de melhores oportunidades e condições de trabalho.

De acordo com Ferreira (2020), a renda do trabalho é uma das variáveis que explica a profunda desigualdade social e a escolaridade pode ser apontada como um dos elementos dessa desigualdade, segundo o autor uma pequena diferença nos anos de estudo pode afetar expressivamente na remuneração dos trabalhadores.

Conforme a pesquisa realizada pela Rede Penssan (2022), 22,3% dos domicílios onde os/as responsáveis têm menos de quatro anos de estudo, a situação era de insegurança alimentar moderada a grave, ou seja, os domicílios mais atingidos pela pobreza e a insegurança alimentar são aqueles em que os responsáveis têm poucos anos de estudo.

Ademais, a situação de desemprego apresenta o maior índice entre os usuários das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil – São José. O desemprego é um dos fatores que contribui para o alto índice de insegurança alimentar, não afeta somente a economia, mas principalmente faz crescer a fome, e o índice é mais alto entre pessoas com menor escolaridade.

Os aposentados representam 14,4% das famílias atendidas, de acordo com a pesquisa da Rede Penssan (2022), uma explicação possível é que o recurso recebido da aposentadoria é insuficiente para suprir o atendimento à alimentação e outras necessidades básicas, como, por exemplo, para pagamento de aluguel, luz ou água, além de gastos com saúde e outros. Dessa forma os recursos monetários não são suficientes para garantir o acesso pleno aos alimentos.

Os dados levantados referentes à nacionalidade das famílias atendidas, apontam para uma parcela de venezuelanos e haitianos deixaram seus países devido à crise humanitária, regime ditatorial, e eventos relacionados à mudança climática, escolheram o Brasil como residência para um novo futuro. Um dos desafios do fluxo migratório é garantir segurança alimentar e renda para as famílias que chegam, outro desafio é a regularização dos documentos para que possam buscar qualificação profissional e novos empregos. No entanto, constata-se que a ampla maioria 92,4% têm nacionalidade brasileira, vivenciando em suas trajetórias de vida as desigualdades e os desafios em um dos países de maior concentração de terras e de riquezas. Um país que expressa suas contradições, sendo um dos maiores produtores de commodities e um dos países com números avassaladores de fome e insegurança alimentar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos, leituras e vivências realizadas para a construção deste trabalho, foi possível concluir que o Direito Humano à Alimentação Adequada, reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 na Constituição Federal Brasileira de 1988 e em outros tratados internacionais, está ligado às necessidades humanas, à justiça social e à realização de outros direitos.

Sendo assim, foi possível identificar que o Programa Mesa Brasil Sesc é uma iniciativa importante, a qual contribui para a redução do desperdício de alimentos, assim como o fortalecimento das Organizações Sociais atendidas, além de auxiliar para a promoção da segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Outro apontamento importante foi sobre a relevância do desenvolvimento de ações educativas direcionadas ao público atendido, as quais vão muito além de somente realizar a distribuição de alimentos. Tais ações promovem o acesso às informações sobre os direitos sociais, dessa forma possibilitando e fortalecendo a busca por condições efetivas de vida e direitos.

Portanto, é possível concluir que as ações do Programa Mesa Brasil Sesc resultam na diminuição do desperdício de alimentos e na redução da condição de insegurança alimentar e nutricional de milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, entretanto, não se pode considerá-las como ponto central da resolução do problema. Destaca -se que o combate à fome e a insegurança alimentar exige transformações estruturais, pois são expressões da questão social.

A análise e o estudo do perfil das famílias atendidas pelo Programa Mesa Brasil Unidade de São José/SC foram essenciais para ampliar a compreensão de que a Segurança Alimentar e Nutricional é um direito fundamental para qualquer indivíduo. Porém, a questão da violação do direito humano à alimentação é atravessada por questões estruturais de concentração de terra e de riqueza e por desigualdades de gênero, raça, escolaridade, entre outras.

É necessário pensar estratégias e avançar no planejamento e na efetivação do direito a uma alimentação adequada e na promoção da segurança alimentar e nutricional a toda a população, sempre tendo como preceito o não comprometimento

do acesso a outras necessidades essenciais e que sejam ações planejadas que permitam sua manutenção a longo prazo. Neste sentido, destacam-se como fundamentais reformas estruturais, redistributivas e políticas intersetoriais como elementos essenciais para que o direito humano à alimentação adequada seja garantido.

REFERÊNCIAS

ABRANDH. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** / Org. Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013.

ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. **Curso de formação continuada para agentes de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Histórico de movimentos de SANS no Brasil, 2008.** Disponível em: www.consea.mg.gov.br/siteconsea/Arquivos/Proposta%20curso%202008.pdf – Acessado em.

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. **A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul-1960/1970.** *Revista Teoria e Evidência Econômica*, 2015, 21.45.

AMARAL, Volmir Ribeiro do; BASSO, David. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica.** COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 13, n. 1, p. 181-200, 2016.

ARRUDA, B.K.G., ARRUDA, I.K.G. **Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil.** *Rev. bras. Saúde Matern. Infant*, v.7, n.3, p 319-326, 2007.

BRASIL DE FATO. **Fome atinge quase 830 milhões em todo mundo, 13 de outubro de 2022.** Disponível em: [Fome atinge quase 830 milhões em todo o mundo | Internacional \(brasildefato.com.br\)](http://brasildefato.com.br). Acesso em 23 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Disponível em: [Lei nº 11.346 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) Acesso em: 08 mai. 2023.

BRASIL. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Fundação Abrandh, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15.09.2003. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população.** 7. ed., v. I. São Paulo: Brasiliense, 1965

CASTRO, Cátedra Josué et al. **Combate à fome: 75 anos de políticas públicas-linha do tempo. Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro,** 2022. Disponível em: <http://geografiadafome.fsp.usp.br/combate-a-fome-75-anos-de-politicas-publicas/>. Acesso em 10 maio. 2023

CAMPOS, R. R. de. JOSUÉ DE CASTRO E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. DOI: 10.48075/geoq.v5i1.4765. Disponível em: <https://e->

revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4765. Acesso em: 15 maio. 2023.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. _____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei de segurança alimentar e nutricional** – Conceitos. Brasília, 2006.

CONSEA - **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Realização - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais 2010 - CONSEA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. Disponível em: Acessado em 08 nov 2014.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE; 2009.

CRUZ, Samyra Rodrigues da, et al. **Características e tendências contemporâneas da segurança alimentar e nutricional no Brasil: do Programa Fome Zero ao SISAN**. 2018.

CUNHA, G. A. C. DÉFICIT HABITACIONAL: **O TAMANHO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL**. *Boletim Economia Empírica, [S. l.]*, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4014>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, Kevin Silveira de; DOS SANTOS, Bianca Helena. **O DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À INFORMAÇÃO E A ÉTICA DOS SEUS PROFISSIONAIS**. *Virtuajus*, 2020, 5.9: 302-309.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. FAO BRASIL,2023 Disponível em: <<https://www.fao.org.br/brasil-fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>>. Acesso em 17 de mai. de 2023.

FERREIRA, Lilian Vitor do Nascimento. **(In)segurança alimentar: retrocessos durante a pandemia de covid-19 no brasil. 2021**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

FERREIRA, Maria Inês Caetano; POMPONET, André Silva. **Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades**. 2020.

FERREIRA, Giovanna Martins. **Acolhimento: um processo em construção**. 2009.

FONTENELE, Leonardo Almeida, et al. **REVOLUÇÃO VERDE: HISTÓRIA E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, 2021, 1.1: 370-377.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008.

HIRAI, Wanda Griep. **Segurança Alimentar em Tempos de (in) Sustentabilidades Produzidas: Serviço Social**. Paco Editorial, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise. v. 1, n. 17. Brasília: IPEA, 2008.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. 2022.

LEÃO, M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. – Brasília: ABRANDH, 2013.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. **A entrevista nos processos de trabalho do assistente social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 6, n. 2, p. 233–251, 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/2315>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LIBERATO, R. S. B. **Alimento, comunicação e o bem viver das mulheres indígenas: tensões e (re)construções a partir da ação da cidadania**. Esferas, n. 15, p. 46-55, 21 nov. 2019.

LINHARES, M. Y. L. **Descolonização e lutas de libertação nacional**. In: REIS, Daniel Aarão Filho (org.) O século XX: o tempo das dúvidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **Biografia de Josué de Castro**. In: FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W.P. (Orgs.) Josué de Castro: vida e obra. São Paulo: Expressão, 2000. p. 31-38.

LOSAN. **LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006**. Disponível em Acessado em: 10 abr. 2023.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro:

HIRAI, Wanda Griep. **Segurança Alimentar em Tempos de (in) Sustentabilidades Produzidas: Serviço Social**. 2009.

IBGE **Pesquisa de orçamentos familiares**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Revista Cadernos de Debate. v. IV, p 66-88, 1996.

MAGALHÃES, Rosana. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.** Cadernos de Saúde Pública, v. 18, p. S121-S137, 2002.

MALUF, R. S; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. **Contribuição ao tema Segurança Alimentar no Brasil.** Revista Cadernos em Debate. Campinas, NEPA, UNICAMP, nº 4, p. 66-88, 1996.

MALTHUS, T. (1798). **Ensaio sobre o princípio da população.** São Paulo: Abril Culturas, 1983.

MARQUES, Maria Tereza. **Direito à informação: direito fundamental: base para democracia.** 2000.

MATOS, Alan Kardec Veloso. **Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas.** Cadernos da FUCAMP, 2011, 10.12: 1-17.

MIOTO, Regina C. T. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias.** In. Serviço Social. Direitos e Competências Profissionais. Brasília. CFESS. 2010). Disponível em: <https://storage.googleapis.com/wzukusers/user30209336/documents/5ª283240027c41hmuavsx/mioto.pdf>. Acesso em 15 maio. 2022. (storage.googleapis.com)

MOREIRA, Elaine, et al. **Em tempos de pandemia: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

LIMA, Fernando. **Betinho e as ONGs: sociogênese de uma nova militância.** Sociologias, v. 21, p. 306-331, 2019.

NOGUEIRA, J.G. **Segurança alimentar: abrangência do Programa Bolsa Família no município de Vila Velha – ES.** Rev. Pol. Públ. São Luis, vol. 12, n. 1, pp. 83-92. 2008.

OLIVEIRA, Clara Monique Moreira de. Segurança alimentar e nutricional: banco de alimentos de Nova Iguaçu. **Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) -Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,** 2016.

OU DE DISTRIBUIÇÃO? JURIS - Revista da Faculdade de Direito, [S.l.], v. 14, p. 69-80, dez. 2012. ISSN 2447-3855. Disponível em: U<<https://periodicos.furg.br/juris/article/view/3207/1866>>. Acesso em: política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2014.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque, ONU, 1948.

[online] Disponível na internet via WWW. URL:

<http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por./htm>, acesso em: 10 abr.2023.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** ComCiência, 2010, 120: 0-0.

PENSSAN, REDE. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil.** 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acesso em 04 maio de 2023.

POZZETTI, Valmir César; DOS SANTOS, Ulisses Arjan Cruz Cruz; MICHILES, Marcela Pacífico. **O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: DA REVOLUÇÃO VERDE AO PROJETO DE LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES (PL Nº 827/2015).** *Relações Internacionais no Mundo Atual*, 2019, 2.23: 390-410.

AS RAÍZES DA FOME : Revista Pesquisa Fapesp Revista pesquisa Fapesp. **As raízes da fome. 2023.** Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-raizes-da-fome/> Acesso em 24 maio. 2023.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C. **ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. PRODUÇÃO ACADÊMICA, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 75–86, 2016.** Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>. Acesso em: 26 maio. 2023.

SESC – Serviço Social do Comércio, disponível no site < <http://www.sesc.com.br/mesabrasil>
SESC DEPARTAMENTO NACIONAL. Guia do Programa Mesa Brasil Sesc. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2016. 170 p. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/5848/mod_resource/content/2/Guia_MB_S_4_11_2016_Rev2_Novo.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

SESC. **Diretrizes Gerais de Ação do SESC.** Rio de Janeiro, SESC, Departamento

SILVA, Alberto Carvalho da. De Vargas a Itamar: **políticas e programas de alimentação e nutrição.** Estudos Avançados. v.9, n.23, 1995.

SILVA, César Roberto Leite da. CARVALHO Maria Auxiliadora de. **Desenvolvimento Agrícola, Intervenção do Estado E Autocapacidade Alimentar No Brasil.** Instituto de Economia Agrícola. São Paulo, 1995. (Coleção Estudos Agrícolas).

SILVA, Maria Zênia Tavares da. **A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil.** Configurações. Revista Ciências Sociais, n. 25, p. 97-111, 2020.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Texto para discussão. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2014

SILVA, José Adailton Barroso, et al. **Teorias demográficas e o crescimento populacional no mundo.** *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE*, 2015, 2.3: 113-124.

SILVA, Silvana Oliveira da, et al. **A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade.** *Cadernos de Saúde Pública*, 2022, 38: e00255621.

SCHAPPO, Sirlândia. **Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19.** *SER social*, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

VALENTE, F. L. S. **Diretrizes para o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada – identificação e discussão de indicadores e metodologias.** Texto apresentado à Oficina de trabalho nacional sob o mesmo título, Brasília, 02 e 03 de Setembro de 2003 (b)

VARGAS, D. L. de. **Pobreza: Conceitos, Abordagens e Políticas Públicas de Combate ao Fenômeno no Espaço Rural.** In: TULLIO, L. *Horizontes das Ciências Rurais*. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p. 286-297.

YASBEK, Maria Carmelita. **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** *São Paulo em perspectiva*, 2004, 18: 104-112.